



RELATÓRIO & CONTAS

2014

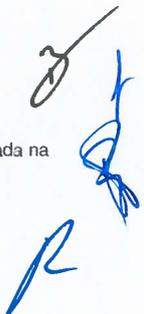
PARUPS, S.A.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. RELATÓRIO DE GESTÃO	8
1.1 INTRODUÇÃO	9
1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS	10
1.3 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	11
1.4 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE.....	16
1.4.1 DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS (DGAI)	17
1.4.2 DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS (DGAF).....	19
1.4.3 DIREÇÃO DE GESTÃO DE OUTROS ATIVOS (DGOA)	20
1.4.4 OUTRAS DIREÇÕES	21
1.5 ANÁLISE FINANCEIRA DA ATIVIDADE INDIVIDUAL.....	22
1.5.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE.....	22
1.5.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO.....	23
1.6 FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO	25
1.7 GESTÃO DO CAPITAL E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	25
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	28
2.1 BALANÇOS INDIVIDUAIS	29
2.2 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS	30
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL	31
2.4 DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL.....	32
2.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	33
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	34
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA	35
3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	36
3.3. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS DO GRUPO	46
3.4. OUTROS INVESTIMENTOS.....	47
3.5. EXISTÊNCIAS	49
3.6. OUTRAS CONTAS A RECEBER	51
3.7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	51
3.8. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO.....	53
3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53
3.10. CAPITAL	53
3.11. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ..	54
3.12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	54

3.13. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS.....	55
3.14. OUTROS FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	56
3.15. ACIONISTAS	57
3.16. OUTROS PASSIVOS.....	57
3.17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUSTOS DAS VENDAS	57
3.18. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	58
3.19. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	58
3.20. GASTOS COM O PESSOAL.....	59
3.21. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE.....	59
3.22. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	60
3.23. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	60
3.24. PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	61
3.25. RELATO POR SEGMENTOS	61
3.26. ENTIDADES RELACIONADAS	63
3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	64
4. CERTIFICAÇÕES	73
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	83
APÊNDICE 1	90
APÊNDICE 2	94
6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA.....	95
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA PRESIDENTE C.A.	96
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA - ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO	97
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	98
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	99

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' followed by a vertical line and a flourish.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

2014

O termo do Exercício de 2014 corresponde ele próprio, ao termo do mandato do Conselho de Administração que decorreu desde 1 de Agosto de 2012. Parece-me pois oportuno, efetuar de forma sintética o diagnóstico da empresa e salientar o que de mais significativo ocorreu no triénio.

Esta sociedade foi constituída em 2010, com o objetivo de adquirir ao ex-Grupo BPN no âmbito do processo de reprivatização, ativos de natureza diversa, cuja heterogeneidade, contingências, dispersão geográfica e nalguns casos até dificuldade em identificar, já por si só, representam um desafio para a sua gestão e alienação. Sendo que muitas vezes o esforço e recursos exigidos, quer em meios humanos, quer materiais, não se traduz em resultados de materialidade significativa nas contas da empresa.

Ainda assim, a empresa procurou atuar em todo o portfólio de ativos, desde os ativos financeiros, aos imóveis, passando pelas moedas e obras de arte. É certo que nem todos com o mesmo sucesso.

As obras de arte da coleção genérica obrigaram a empresa a um intenso trabalho de inventariação, que passou pela identificação, localização e recolha das obras dispersas em vários locais e concentração do seu armazenamento em condições de segurança adequadas. Trabalho que naturalmente exigiu o recurso a especialista em arte, que a empresa não dispõe, no entanto o seu valor representa pouco mais de 0,5% dos ativos da sociedade.

Quanto às 13 obras do Pintor Catalão Joan Miró, a Parups em conjunto com a Parvalorem deu início ao procedimento para a sua alienação ainda em 2013, também com recurso a assessoria técnica e jurídica adequada, dado o valor do acervo e a sua projeção a nível internacional. Foi a leiloeira CRHISTIE'S a vencedora do procedimento, num modelo em que todos os custos e procedimentos administrativos estavam a seu cargo, foi marcado o leilão para os dias 4 e 5 de Fevereiro em Londres, contudo o mesmo seria cancelado pela CRHISTIE'S a poucas horas do leilão face às notícias então recebidas de Portugal relativamente aos processos legais instaurados nos Tribunais Nacionais pelo Ministério Público. Esta situação não só impediu a empresa de receber cerca de 8,2 Milhões €, como fez subir exponencialmente os encargos jurídicos, que reparte com a Parvalorem. A Parups aguarda ainda, pela paz jurídica que permita a realização dos leilões, para que este ativo contribua também ele, para a redução dos encargos financeiros associados ao crédito que suportou a aquisição dos ativos ao ex-Grupo BPN.

Quanto aos ativos em moedas de coleção e numismática, o valor mais significativo deste portfólio dizia respeito às moedas do Euro 2004, as quais foi possível alienar durante o ano de 2014 terminando assim com um problema com cerca de 10 anos, que o BPN já havia tentado resolver por diversas ocasiões, sem sucesso.

A gestão dos imóveis obriga a sociedade a recorrer a empresas externas para apoio à sua gestão, não só pela falta de recursos humanos internos com *know how*, nomeadamente formação em engenharia e/ou arquitetura, mas também, face à sua heterogeneidade e dispersão geográfica, que implica um grande investimento de tempo e custos, nomeadamente em deslocações para contactar, com a periodicidade possível e nem sempre a desejável, as várias imobiliárias dispersas pelo país, para que os nossos imóveis tenham visibilidade no mercado. Efetuar protocolos com imobiliárias foi como colocar os nossos produtos em várias “montras” distribuídas pelo país, e alargar a sua divulgação na Internet. Este trabalho, associada a uma pequena inversão do mercado imobiliário, permitiu que o número de imóveis vendidos evoluísse de 4 modestas unidades em 2012, para 30 em 2014.

Já os ativos financeiros são de entre todos os ativos da Parups, aquele para o qual as equipas internas estão mais habilitadas a trabalhar por razões históricas, contudo a evolução da suas vendas depende de vários fatores, desde logo, a liquidez e valorização dos próprios ativos e a evolução dos próprios mercados. O ano de 2014 permitiu algumas alienações interessantes, é contudo um trabalho contínuo, que pode ser demorado no tempo face à própria carteira sob gestão, mas cujo peso relativo no total dos ativos a recuperar da sociedade não chega aos 5%.

No entanto, independentemente do esforço e sucesso que a empresa possa obter na gestão e alienação de todo o portfólio dos seus diversos ativos, o seu real desempenho depende totalmente do desempenho e da gestão de uma terceira entidade, a sociedade gestora de fundos imobiliários Imofundos SGFII, S.A., sociedade que gere os fundos imobiliários detidos pela Parups e que na realidade representa 95,2% dos seus ativos financeiros.

A Parups não poderá cumprir o seu desígnio, se a gestão da Imofundos fizer uma gestão que não vá de encontro à sua necessidade de transformar ativos em liquidez. Neste mandato que termina, a gestão de ambas as empresas manteve-se em sincronia, o que permitiu, já no decorrer do primeiro trimestre de 2015 à Parups, um encaixe de 26,5 Milhões € com a liquidação do Fundo Imoglobal.

Por último, menciono o principal problema desta sociedade, que é seu elevado passivo, quer o que esteve na origem da aquisição dos ativos, quer o que resulta da transformação de financiamentos da CGD em financiamentos do Estado, não só para obter encargos financeiros mais reduzidos, mas principalmente pela falta de capacidade da sociedade em gerar receitas que lhe permitam fazer face ao serviço da dívida, que é simplesmente “colossal” tendo em conta a sua atividade (única e exclusivamente a alienação de ativos, sendo que 95,2% não se encontra na sua própria gestão), o valor dos próprios ativos, as imparidades associadas e obviamente, uma estrutura de capitais completamente desequilibrada.

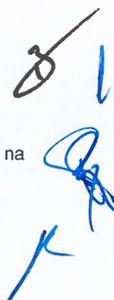
Esta, é uma situação que se agrava com o tempo, não só porque a Parups é forçada a recorrer a novos financiamentos para liquidar juros, mas também pelo facto de a empresa não ter uma atividade com valor acrescentado (não produz nada), a sua situação económico/financeira torna-se cada vez mais desequilibrada com o aumento da sua própria eficiência (a recuperação/venda de ativos), pois tem como consequência a redução do valor dos ativos ainda a recuperar e portanto a sua capacidade para libertar fundos

Por fim cabe-me expressar o meu agradecimento às estruturas da Parvalorem pelo trabalho desenvolvido, em particular aos colaboradores que direta ou indiretamente trabalham para a Parups, ao conselho de administração e colaboradores da Imofundos SGFII, S.A. pelo trabalho desenvolvido, ao Conselho Fiscal e Auditores externos que sempre mantiveram connosco um diálogo construtivo e o acompanhamento da atividade da empresa, à Direção Geral do Orçamento pela colaboração prestada nomeadamente no que diz respeito à resolução das dificuldades colocadas e que resultam da própria especificidade da atividade da empresa, à acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças pela disponibilidade registada, bem como à Tutela cuja confiança, apoio e compreensão foram fundamentais para a gestão da sociedade.

A todos muito obrigado!

Maria Paula Poças Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

1. RELATÓRIO DE GESTÃO



1.1 Introdução

A PARUPS, S.A. é uma sociedade constituída no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A., cujo património resultou da aquisição ao “GRUPO BPN” de um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A PARUPS, S.A. tem por missão gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação e tem por objeto social a:

- Prestação de serviços de consultoria;
- Aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade. Aquisição de imóveis para revenda no âmbito destas atividades e revenda dos adquiridos para tal fim.

A gestão da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada pela estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A., a empresa que agregou todo o quadro de pessoal transmitido a esta sociedade através do Contrato de Trespasse celebrado, a 10 de Fevereiro de 2012, entre o BPN e a PARVALOREM, S.A..

As Unidades de Participação em Fundos Mobiliários e Imobiliários continuam a ser grande componente de ativos sob gestão pelo que qualquer perspectiva de futuro passa sempre por operações que envolvam estes fundos.

Situação ainda mais relevante, tendo em conta a íntima ligação da participada da PARPARTICIPADAS, S.A., a IMOFUNDOS, SGFII, S.A. à gestão dos fundos imobiliários, na qualidade de sociedade gestora.

O aumento de capital do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO “IMOMARINAS”, a pedido da sociedade gestora IMOFUNDOS SGFII, S.A no valor de 8 milhões de euros, devidamente autorizada pela SET, SEO, CMVM e TRIBUNAL DE CONTAS e cujas unidades de participação são detidas a 100% pela PARUPS, foi um dos fatos mais relevantes do ano.

Em 2014, fruto da evolução favorável no mercado imobiliário e de uma atividade comercial mais proactiva junto das mediadoras, constatou-se uma evolução crescente do negócio, em especial no 2º semestre, tendo-se obtido resultados muito interessantes, com um crescimento nas vendas de 70,28%, face ao exercício anterior.

Foi também em 2014 que a PARUPS, S.A. obteve um desfecho positivo para a vasta quantidade das “Moedas Comemorativas do EURO 2004”, cerca de 3,2 milhões de unidades, tendo obtido com essa operação um encaixe financeiro de cerca de €15,7 milhões.

1.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO (Presidente)

CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE (Secretária)

Mandato Membros da Mesa da Assembleia Geral :

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 6-08-2013

Administração

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (Presidente)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (Vogal)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (Vogal)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (Vogal)

Mandato Administração:

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 31-07-2012

Nota: Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. n.º 3 do artigo 73.º do NRJSPE).

Conselho Fiscal

MARIA ROSA TOBIAS SÁ (Presidente)

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR (Vogal)

MIGUEL MENDES DE BARROS (Vogal)

Mandato Conselho Fiscal

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso 2013 - 2015

Data da deliberação: 24.09.2013

Revisor (Efetivo)

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA, ROC n.º 1210

Revisor (Suplente)

CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO, ROC n.º 572

Mandato Revisor

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso 2013 – 2015

Data da deliberação: 24.09.2013

1.3 Enquadramento Macro Económico

Economia Portuguesa

O Programa de Assistência Económica e Financeira Externa a Portugal chegou ao fim em maio de 2014, marcado pela saída do FMI, Comissão Europeia e BCE e dando início a uma nova fase.

O processo de ajustamento da economia portuguesa com vista à correção dos desequilíbrios macroeconómicos foi suportado numa política contracionista orçamental e de desalavancagem do setor privado que determinou uma forte contração da procura interna e de manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

Este processo manteve-se no ano de 2014 que se caracterizou por um crescimento moderado da atividade. O Boletim Económico de dezembro de 2014 do Banco de Portugal apresenta uma projeção para a **variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB)** muito modesta de 0,9%.

Estas estimativas apontam como provável um maior contributo para o crescimento do PIB através da recuperação da procura interna e um menor contributo pela desaceleração das exportações (*quadro abaixo – Boletim Económico – dezembro 2014 “Projeções do Banco de Portugal: 2014-2016”*)

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2014-2016
Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2013	BE dezembro 2014			BE outubro 2014	BE junho 2014		
		2014(p)	2015(p)	2016(p)	2014(p)	2014(p)	2015(p)	2016(p)
Produto Interno Bruto	100,0	0,9	1,5	1,6	0,9	1,1	1,5	1,7
Consumo Privado	65,7	2,2	2,1	1,3	1,9	1,4	1,5	1,5
Consumo Público	18,3	-0,5	-0,5	0,5	-0,7	-0,2	-1,4	0,2
Formação Bruta de Capital Fixo	16,3	2,2	4,2	3,5	1,6	0,8	3,7	3,9
Procura Interna	100,7	2,3	1,0	1,5	1,9	1,4	1,0	1,6
Exportações	37,3	2,6	4,2	5,0	3,7	3,8	6,1	5,6
Importações	38,0	6,3	3,1	4,7	6,4	4,6	4,8	5,5
Contributo para crescimento do PIB (em p.p.)								
Procura Interna		2,3	1,1	1,5	1,9	1,4	1,0	1,6
Exportações		1,0	1,7	2,1	1,5	1,5	2,5	2,4
Importações		-2,5	-1,3	-2,0	-2,5	-1,8	-2,0	-2,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,6	2,8	2,9	2,2	2,8	4,0	4,3
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6	2,5	2,6	1,6	2,0	3,0	3,3
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		-0,1	0,7	1,0	0,0	0,2	1,0	1,1

Fonte: banco de Portugal
Nota: (p) - projetado. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

Fonte: BP – Boletim Económico de dezembro 2014

Por seu lado, o Instituto Nacional de Estatística (INE) na sua publicação “*Síntese Económica de Conjuntura – novembro de 2014*” (*quadro abaixo – Atividade Económica – novembro – INE*) evidencia uma ligeira diminuição do indicador qualitativo – “indicador de clima económico” e do indicador de atividade – “indicador de atividade económica”:

- “**indicador de clima económico**” regista em novembro uma média móvel de 3 meses de 0,5%, depois de ter estabilizado nos 3 meses anteriores no valor mais elevado desde julho de 2008 (*ago, set e out:0,7%*).
- O **indicador de atividade económica**, depois de evoluir positivamente até abril (3,2%) e estabilizar até junho, acompanhou esta tendência de diminuição registando em outubro uma média móvel de 3 meses de 2,8%.

As **variações homólogas trimestrais** das contas nacionais até ao **3º trimestre de 2014** (dados encadeados em volume – ano de referência 2011 – ajustados de efeito de calendário e de sazonalidade – dados preliminares com base em informação disponível em 28/11/2014) indicam:

- Aumento de 1,1% da variação homóloga do PIB no 3º trimestre do ano, depois de um crescimento de 0,9% no trimestre anterior;
- Contributo positivo, e mais acentuado que no trimestre anterior, da procura interna para a variação homóloga do PIB no 3º trimestre de 1,9 p.p. (*2º trimestre: 1,7 p.p.*);
- Variação homóloga de 2,7% do consumo privado no 3º trimestre (*2º trimestre: 1,8*). Comportamento que contribuiu para um efeito mais expressivo da procura interna na variação homóloga do PIB;
- Consumo público com uma variação negativa homóloga de 0,1% no 3º trimestre (*2º trimestre: -0,3%*);
- Investimento (*Formação Bruta de Capital*) com uma variação homóloga de 1,5% no 3º trimestre contra os 3,7% no trimestre anterior;
- A procura externa registou um contributo negativo de 0,9 p.p. para a variação homóloga do PIB no 3º trimestre (*2º trimestre: -0,8%*);
- As exportações de bens e serviços apresentam um crescimento homólogo de 2,9% no 3º trimestre contra 2,0% no 2º trimestre;
- As importações de bens e serviços registam um crescimento homólogo de 5% no 3º trimestre contra 4% no 2º trimestre.

Atividade Económica

	Ano	Trimestre								Mês												
		2013			2014					2013		2014										
		2011	2012	2013	III	IV	I	II	III	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Contas Nacionais - Base 2011 (a)																						
PIB	vcs/vh/%	-1,8	-3,3	-1,4	-1,0	1,6	1,0	0,9	1,1													
Consumo privado (b)	vcs/vh/%	-3,6	-5,2	-1,4	-0,8	1,3	2,1	1,8	2,7													
Consumo público	vcs/vh/%	-3,8	-4,3	-1,9	-1,9	-0,2	-0,3	-0,3	-0,1													
Formação bruta de capital	vcs/vh/%	-14,0	-14,2	-6,5	-1,8	-1,7	11,7	3,7	1,5													
Exportações de bens (FOB) e serviços	vcs/vh/%	7,0	3,1	6,4	7,4	8,8	3,1	2,0	2,9													
Importações de bens (FOB) e serviços	vcs/vh/%	-5,8	-6,6	3,6	6,7	6,0	8,7	4,0	5,0													
Contributo da procura interna para a vh do PIB	p.p.	-6,2	-6,9	-2,4	-1,2	0,5	3,1	1,7	1,9													
Contributo da procura externa para a vh do PIB	p.p.	4,6	3,6	1,0	0,2	1,0	-2,1	-0,8	-0,9													
Indicadores de Atividade Económica																						
Indicador de atividade económica	mm3m/%	-1,3	-4,7	-0,5	0,5	2,0	2,9	3,2	2,9	1,4	2,0	2,3	2,6	2,9	3,2	3,2	3,0	3,0	2,9	2,8	-	-
Índice de produção da indústria	vcs/vh/mm3m/%	-0,9	-6,1	0,4	-1,6	3,8	2,1	1,6	1,3	2,8	3,8	4,0	3,9	2,1	2,1	1,2	1,6	1,7	2,1	1,3	-0,1	-
Índice de produção da construção	vcs/vh/mm3m/%	-12,7	-16,3	-15,9	-15,4	-14,0	-13,1	-9,8	-6,9	-14,5	-14,0	-13,8	-13,2	-13,1	-11,5	-11,3	-9,8	-9,5	-8,5	-7,3	-6,4	-
Índice de volume de negócios total (c)	vh/mm3m/%	-3,9	-6,7	-2,4	-0,9	0,5	-0,8	-0,6	-2,1	-0,1	0,5	0,6	0,2	-0,8	-0,8	-1,7	-0,6	-0,8	-1,1	-2,1	-1,7	-
Índice de volume de negócios na indústria	vh/mm3m/%	5,3	-1,8	-0,5	1,0	2,3	-0,8	-1,4	-1,3	2,0	2,3	1,7	0,5	-0,8	-1,0	-3,1	-1,4	-0,8	0,0	-1,3	-0,3	-
Índice de volume de negócios nos serviços (d)	vh/mm3m/%	-7,7	-8,9	-3,3	-1,8	-0,4	-0,8	-0,3	-2,4	-1,2	-0,4	0,0	0,1	-0,8	-0,6	-0,9	-0,3	-0,8	-1,7	-2,4	-2,4	-
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	vh/mm3m/%	6,0	0,3	4,6	4,0	6,8	4,0	13,9	9,4	5,4	6,8	8,3	8,0	4,0	11,4	12,5	13,9	9,1	9,0	9,4	10,9	-
Indicadores Qualitativos																						
Indicador de clima económico	mm3m/%	-2,1	-3,6	-2,1	-1,5	-0,9	-0,2	0,4	0,7	-1,1	-0,9	-0,7	-0,4	-0,2	0,0	0,2	0,4	0,6	0,7	0,7	0,7	0,5
Indicador de confiança na indústria transformadora	ser/vcs/mm3m	-15,6	-20,2	-14,7	-12,4	-10,3	-8,2	-8,4	-6,5	-11,2	-10,3	-8,8	-8,5	-8,2	-8,0	-7,7	-8,4	-8,3	-7,6	-6,5	-6,4	-6,3
Indicador de confiança no comércio	ser/vcs/mm3m	-16,6	-20,0	-11,1	-9,5	-3,7	-1,3	-0,7	-1,9	-5,5	-3,7	-3,0	-1,9	-1,3	-0,5	-0,4	-0,7	-1,1	-1,7	-1,9	-1,2	-1,0
Indicador de confiança na construção e obras públicas	ser/vcs/mm3m	-57,2	-70,4	-58,4	-55,7	-50,2	-47,2	-46,3	-44,9	-50,6	-50,2	-48,8	-47,9	-47,2	-48,1	-48,1	-46,3	-44,6	-44,5	-44,9	-43,4	-42,9
Indicador de confiança nos serviços	ser/vcs/mm3m	-19,2	-31,5	-22,2	-20,2	-11,7	-6,0	-1,7	0,3	-14,8	-11,7	-9,4	-7,7	-6,0	-5,4	-3,4	-1,7	0,7	1,3	0,3	0,0	-1,3
Consumos Energéticos																						
Consumo médio de energia elétrica (em dia útil)	vh/mm3m/%	-2,2	-3,5	0,0	0,3	0,9	0,3	0,2	0,8	0,8	0,9	1,1	1,6	0,3	-0,4	-1,0	0,2	0,3	0,6	0,8	1,0	0,1
Consumo de gásóleo	vh/mm3m/% M	-7,2	-8,7	-1,5	0,6	3,4	3,0	0,6	2,3	2,0	3,4	2,3	1,8	3,0	2,0	0,4	0,6	2,4	2,1	2,3	2,6	0,2

(a) Dados encaheados em volume (ano de referência = 2011) ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade; Contas Nacionais Anuais: 2011 - dados definitivos; 2012 e 2013 - dados preliminares. Informação disponível em 28/11/2014.

(b) Despesas de consumo final das famílias residentes e das ISFLSF.

(c) Inclui a indústria, serviços e comércio a retalho

(d) Inclui comércio a retalho e serviços.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Síntese Económica de Conjuntura – novembro de 2014

O Banco de Portugal, na sua publicação mais recente – janeiro de 2015 -“Indicadores de Conjuntura”, projeta para novembro uma taxa de variação homóloga mensal do indicador coincidente da Atividade Económica negativa de 0,9 e estima a sua estabilidade para o mês de dezembro de 2014, confirmando a tendência de diminuição da atividade.

A projeção para a taxa de variação homóloga mensal do indicador coincidente do Consumo Privado segue a mesma tendência de diminuição, novembro: 1,5; dezembro: 1,2.

Quadro 4 • Portugal, Contas nacionais, indicadores de atividade, consumo e investimento

	2013	2014 v.a.	até ao mês	Trimestre terminado em																					
				2013				2014				2014													
				IV	I	II	III	IV	Set	Out.	Nov	Dez.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
ATIVIDADE																									
Indicador Coincidente da Atividade Económica (t.v.h.)	-0,9	0,1	dez	0,9	1,0	0,6	0,2	-0,9	-0,2	-0,5	-0,7	-0,9	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8	0,6	0,4	0,1	-0,2	-0,5	-0,8	-0,9	-0,9
CONSUMO																									
Indicador Coincidente do Consumo Privado (t.v.h.)	-1,7	1,8	dez	0,5	1,6	2,1	2,0	1,5	2,0	1,9	1,7	1,5	1,0	1,4	1,7	1,9	2,0	2,1	2,1	2,1	2,0	1,9	1,7	1,5	1,2
INVESTIMENTO																									
Índice de Produção Industrial bens de Investimento (tvh)	-3,0	5,1	Nov.	4,6	7,7	4,9	4,9		4,9	4,1	3,7		11,9	3,9	12,5	6,7	10,7	2,9	1,5	6,1	0,7	6,4	4,1	0,8	-

Fonte: BP – Indicadores Conjuntura – janeiro de 2015

O Banco de Portugal reviu em baixa para o final do ano de 2014 (*boletim económico de dezembro*) a taxa de variação média anual do PIB, situando-se agora as expectativas em 0,9% contra 1,1% projetado no boletim económico de junho. Esta alteração está relacionada fundamentalmente com a evolução das variáveis:

- A procura interna registou um contributo positivo mais expressivo para o crescimento do PIB, passando de 1,4 p.p. em junho para 2,3 p.p. projetado para dezembro, refletindo sobretudo o comportamento do consumo privado.
- A estimativa para a evolução do consumo privado para o final do ano aponta para uma variação média anual de 2,2%, contra uma variação de 1,4% no final do 1º semestre do ano.
- No que concerne às exportações a taxa de variação anual projetada para dezembro de 2014 aponta para uma evolução decrescente entre as previsões de junho e as de final de ano (*junho: 3,8%; outubro: 3,7% e dezembro: 2,6%*), enquanto que as projeções das importações para o mesmo período apontam em sentido inverso, evolução crescente da taxa de variação anual a evoluir de 4,6% em junho para 6,3% em dezembro, para o que tem contribuído a evolução de componentes da despesa com elevado conteúdo importado, como a variação das existências e o investimento empresarial.
Analisando o contributo destas variáveis para o crescimento do PIB, verifica-se que a projeção do indicador das exportações reduziu de 1,5 p.p. em junho para 1 p.p. em dezembro, acompanhado pelo contributo negativo, mais expressivo das importações (*junho: -1,8%; dezembro: -2,5%*).
- A projeção da inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aponta para uma taxa de variação média anual de -0,2 por cento em 2014 (*0,4 por cento em 2013*). Portugal é um dos países no limiar da deflação.
- A taxa de desemprego para o 3º trimestre de 2014 foi de 13,1 por cento. A taxa média de desemprego anual projetada para setembro aponta para 14,0 por cento contra os 16,2 por cento de 2013, dando sinais de uma melhoria moderada do mercado de trabalho. O peso da componente do desemprego de longa duração tem vindo a aumentar, em 2013 situou-se nos 62,1%, enquanto que até setembro de 2014 corresponde a 65,9% do desemprego total.
- O índice de emprego dos indicadores de curto prazo registou um crescimento homólogo de 0,3% em outubro (*variação de 0,1% em setembro*), apresentando taxas progressivamente menos negativas desde janeiro.
- Em termos nominais, os custos do trabalho por unidade produzida na economia apresentaram uma variação homóloga de 0,7% no ano acabado no 2º trimestre de 2014, após uma variação de 0,6% no ano acabado no 1º trimestre. As remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social diminuíram, em termos homólogos 0,1% em outubro (*variação setembro: 0,1%*).
- A taxa de variação homóloga do indicador da FBCF (*formação bruta de capital fixo*) relativo ao 3º trimestre aponta para um crescimento de 3,7% contra 3,3% no

trimestre anterior (em 2013 registou-se uma redução da taxa de variação de 6,3%), determinado fundamentalmente pela FBCF em equipamento de transporte que passou de uma taxa de crescimento de 17,3% para 28,5% do 2º para o 3º trimestre do ano.

- O crédito total ao setor privado não financeiro residente, concedido por entidades residentes e não residentes, reduziu progressivamente até outubro de 2014, mês em que registou uma variação anual negativa de 4,2%, estabilizando no mês de novembro. Esta evolução ficou a dever-se, por um lado ao crédito total a sociedades não financeiras que estabilizou em -3,7% e à diminuição do crédito total a particulares que passou de -4,8% em outubro para -4,9% em novembro.

Relativamente ao crédito a particulares a taxa de variação anual do crédito total para aquisição de habitação estabilizou em -3,8%, enquanto o crédito total a particulares para consumo e outros fins diminuiu de -6,8% em outubro para -7,1% em novembro.

Simultaneamente assistiu-se à redução da:

- taxa de juro média sobre saldos de empréstimos a sociedades não financeiras de 4,01% para 3,96% em novembro;
- taxa de juro média de empréstimos a particulares para a habitação de 1,46 em outubro para 1,43 em novembro;
- taxa de juro de empréstimos a particulares para consumo e outros fins que passou de 8,18% em outubro para 8,17% em novembro.

A evolução da economia portuguesa em 2014 reflete a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade sustentado no desempenho das exportações e da ligeira recuperação da procura interna.

O fraco dinamismo da economia, com o país a sair de um Programa de Assistência Económica e Financeira influenciou negativamente a atividade da PARUPS, S.A..

1.4 Evolução da Atividade da Sociedade

A atividade da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada através da estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A..

As condições conjunturais e envolventes dos mercados subjacentes aos ativos sobre gestão, mantiveram-se de uma forma geral adversas, apesar de alguns sinais positivos e de eventual recuperação, em alguns casos.

Com base nas competências organizacionais internas foi possível dar continuidade à persecução dos objetivos enquadrados na missão de alienar/liquidar as carteiras tendo sempre em vista a maximização do resultado e minimização dos custos correntes associados.

Cabe às **DGAI** (*Direção de Gestão Ativos Imobiliários*), **DGAF** (*Direção de Gestão Ativos Financeiros*) e **DGAO**, (*Direção de Gestão de Outros Ativos*), da PARVALOREM, S.A a gestão corrente e estratégica do património proveniente do espólio do BPN, S.A., nomeadamente nas áreas dos ativos imobiliários, ativos financeiros e outros ativos, nomeadamente património artístico.

Como facto relevante do ano 2014, identificamos o aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Imomarinas”, a pedido da sociedade gestora IMOFUNDOS SGFII, S.A no valor de €8 milhões, devidamente autorizada pela SET, SEO, CMVM e TRIBUNAL DE CONTAS, cujas unidades de participação são detidas a 100% pela PARUPS, Esta operação, permitiu que o fundo fosse dotado dos meios financeiros suficientes e necessários para cumprir com compromissos operacionais e financeiros cujo eventual incumprimento, traria desvalorizações/custos para a PARUPS superiores ao investimento preconizado.

No final do mês de agosto foi possível resolver a situação dos 3,2 milhões de moedas de coleção alusivas ao campeonato Europeu de Futebol de 2004, de valor facial 8 euros, através de um concurso internacional lançado em maio para venda deste ativo, tendo a destruição e fundição dos 3,2 milhões de moedas resultado no recebimento do respetivo contravalor de €15,7 milhões, dando-se como terminado um processo que se arrastava há quase 10 anos.

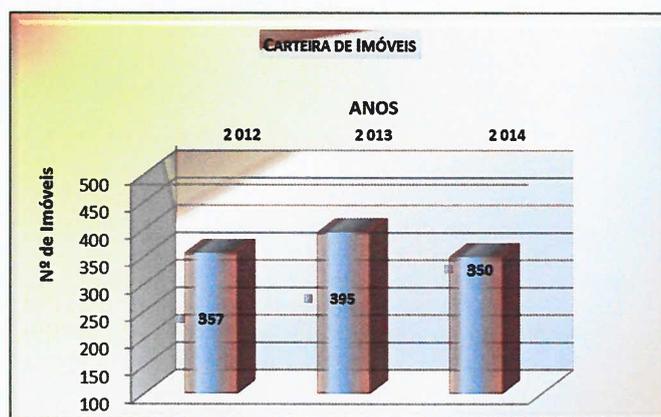
1.4.1 Direção de Gestão de Ativos Imobiliários (DGAI)

Em 2014, fruto da evolução favorável no mercado imobiliário e da atividade comercial mais proactiva junto das mediadoras, constatou-se uma evolução crescente do negócio, em especial no 2º semestre, tendo-se obtido resultados muito interessantes, com um crescimento nas vendas de 70,28% face ao exercício anterior.

Evolução de Alienação de Imóveis					
2012		2013		2014	
Quantidade	Valor Venda (m€)	Quantidade	Valor Venda (m€)	Quantidade	Valor Venda (m€)
4	518	20	1 763	30	3 002

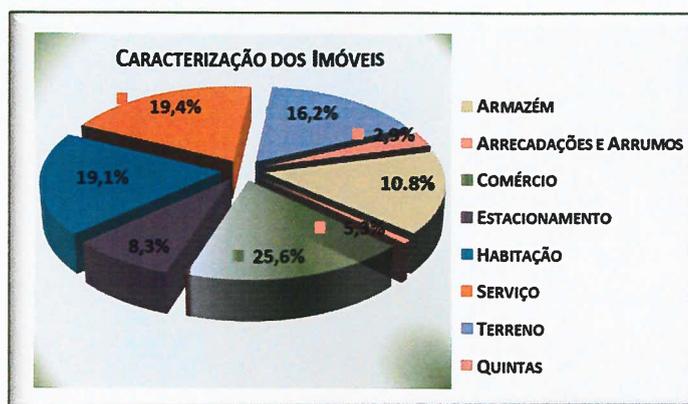
Nota: O conceito aplicado ao número de alienações de imóveis tem subjacente o princípio de que sempre que o imóvel vendido integre várias frações (artigos matriciais) é entendido apenas como uma alienação. Em conclusão, foram vendidas 42 frações correspondentes a 30 imóveis.

O *portfolio* reduziu significativamente durante o ano e o valor da carteira da PARUPS (*valor de avaliação*) diminuiu cerca de 26,74%, sofrendo a influência da redução de valor associado às vendas ocorridas em 2014.

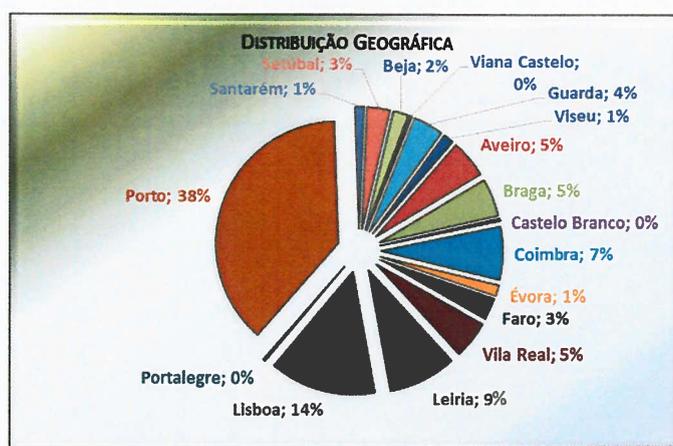


A carteira de imóveis sob gestão passou de 395 imóveis para 350 imóveis no final do ano de 2014 (com inclusão dos imóveis objeto de contrato de promessa de compra ao BIC) e é constituída maioritariamente por imóveis associados ao comércio, habitação e serviços.

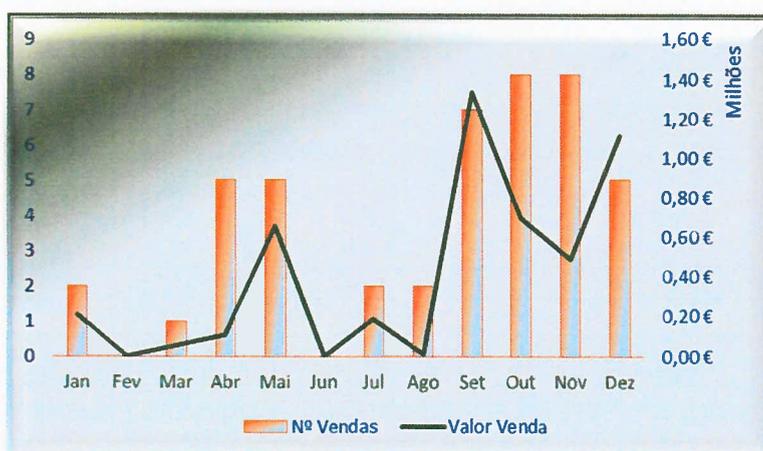
Carteira de Imóveis (m€)					
2013			2014		
Nº Imóveis	Valor de Aquisição	Valor de Avaliação	Nº Imóveis	Valor de Aquisição	Valor de Avaliação
395	80 309	40 036	350	73 499	29 332



A distribuição geográfica dos imóveis é bastante dispersa o que se traduz numa maior exigência na sua gestão e obriga à relação com vários operadores do ramo imobiliário, nomeadamente com mediadores imobiliários e prestadores de serviço com atividade nas várias áreas geográficas. Esta dispersão obriga a um maior esforço de logística e acarreta consigo custos acrescidos.



A maior incidência nas vendas realizadas durante o ano foram consumadas no último trimestre e ocorreu essencialmente nos imóveis habitacionais e armazéns industriais.



Com apoio de *outsourcing*, iniciou-se o processo de revisão dos valores patrimoniais Tributários dos imóveis que compõem o portfolio das PAR'S.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

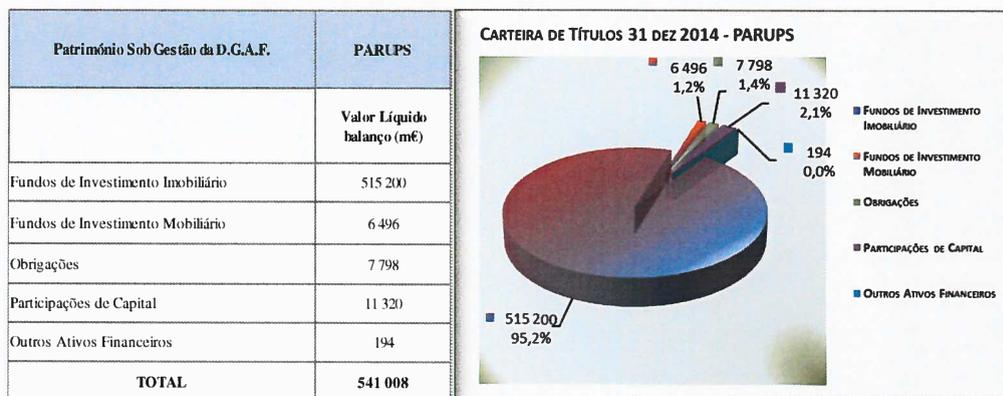
Simultaneamente, a PARUPS venceu em sede do Tribunal Arbitral o processo de anulação de pagamento do Imposto do Selo Verba 28.1 da TGIS, do qual resultou uma poupança fiscal de 24.769,10€.

Tendo em conta que os imóveis da PARUPS são imóveis adquiridos para venda iniciou-se em 2013 um processo, com intervenção da KPMG, de pedido de suspensão do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis que se poderá traduzir numa poupança fiscal que em 2014 ascende a 31m€, caso os imóveis em causa venham a ser vendidos num prazo de 3 anos (*conforme quadro abaixo*).

Suspensão IMI - valor teórico estimado		
Nº. Imóveis objetos de suspensão	2013	2014
	Poupança Fiscal (m€)	Poupança Fiscal Total (m€)
32	14	31

1.4.2 Direção de Gestão de Ativos Financeiros (DGAF)

O valor líquido de balanço de final de ano da carteira de ativos financeiros da PARUPS SA é de € 541 milhões, é composto por 95,2% de fundos de investimento imobiliários, sendo na sua quase totalidade geridos pela IMOFUNDOS, SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS SA, sociedade detida pela PARPARTICIPADAS S.A. (GRUPO PAR'S).



Os restantes 4,8%, ou seja, € 25,8 milhões, distribuem-se por fundos de investimento mobiliário, obrigações, participações de capital e outros.

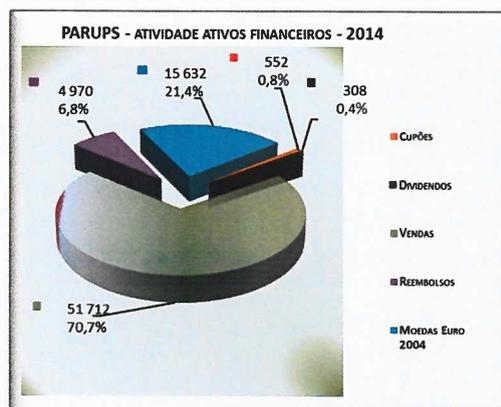
Ao longo do ano foi possível aproveitar a evolução, em geral, favorável dos mercados e gerar vendas que totalizaram € 51,7 milhões. Conjugando vendas com reembolsos de obrigações, cupões e dividendos conseguiu-se um encaixe financeiro total de € 57,5 milhões, o qual compara favoravelmente com os € 21,6 milhões realizados em 2013 e os € 6,9 milhões de 2012.

No momento da nacionalização do BPN, em novembro de 2008, existiam em balanço 4,7 milhões de moedas de coleção alusivas ao campeonato Europeu de Futebol de 2004 de valor facial 8 euros cada. Dado o volume pouco usual da emissão havia-se revelado impossível, nos quatro anos anteriores, proceder à sua colocação junto dos colecionadores e do público em geral, com exceção de uma quantidade pouco expressiva.

Em dezembro de 2013 estavam ainda por colocar 3,2 milhões de Moedas cuja venda foi efetivada em 2014 com a prévia autorização da DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS e com o conhecimento do BANCO DE PORTUGAL e da IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA.

No seguimento de um concurso internacional lançado em maio a operação foi concretizada no final do mês de agosto tendo a destruição e fundição dos 3,2 milhões de moedas resultado no recebimento do respetivo contravalor de € 15,7 milhões, dando-se como terminado um processo que se arrastava há quase 10 anos.

Face ao encaixe total de € 73,2 milhões, em instrumentos financeiros, alienações e moedas de coleção, obtido em 2014 as perspetivas para 2015 passam fundamentalmente pela continuação do esforço de venda das posições ainda em carteira e pelo acompanhamento da gestão dos fundos imobiliários, aproveitando as oportunidades que se vierem a colocar de gerar receitas efetivas para a Sociedade.



1.4.3 Direção de Gestão de Outros Ativos (DGOA)

O património da PARUPS, S.A. nesta vertente, é composto por 13 obras da coleção de quadros JOAN MIRÓ, sendo os restantes 72 propriedade da PARVALOREM, S.A.. A coleção integral é assim, composta por 85 obras que representam a maior coleção privada mundial deste artista.

O conjunto das 85 obras foi avaliado em € 45,3 milhões, correspondendo €8,2 milhões à PARUPS.

Na sequência do concurso internacional, realizado em setembro de 2013, para o leilão das obras da coleção do pintor JOAN MIRÓ as sociedades PARUPS e PARVALOREM celebraram em novembro do mesmo ano um contrato com a LEILOEIRA CHRISTIE'S.

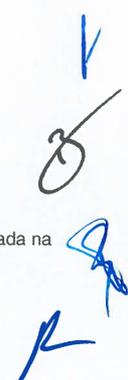
O modelo de contrato escolhido atribuía à Leiloeira a responsabilidade pelas operações até à realização do leilão designadamente requerer e obter todas as licenças e autorizações necessárias para dar exequibilidade zelosa e cabal a todos os serviços contratados, nomeadamente, no que diz respeito à exportação para venda, embalagem, recolha, transporte, depósito, exposição, leilão, venda e entrega das obras de arte ao respetivo comprador.

Os leilões foram agendados para 4 e 5 de fevereiro de 2014 em Londres mas acabaram por ser cancelados pela leiloeira em virtude dos vários processos legais instaurados nos tribunais nacionais pelo Ministério Público. As obras voltaram a PORTUGAL e durante os restantes meses de 2014 trabalhou-se na criação de condições para a retoma do processo de venda sendo que se espera que os leilões possam ser de novo agendados assim que estejam resolvidas as questões jurídicas.

Além das obras de JOAN MIRÓ a PARUPS detém ainda 175 obras de arte contabilizadas por €2,6 milhões em relação às quais prosseguiu em 2014 o respetivo trabalho de inventariação, armazenagem e avaliação, criando condições para que, no curto prazo, se possam efetivar vendas parcelares do Acervo.

1.4.4 Outras Direções

A gestão da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada pelas áreas funcionais da PARVALOREM, S.A e os recursos informáticos e de comunicação são partilhados por todo o universo das PAR'S, nomeadamente o serviço de Outsourcing de infraestruturas de IT e a infraestrutura de comunicações (dados e voz) e segurança.



1.5 Análise Financeira da Atividade Individual

1.5.1 Resultados e Rendibilidade

milhares €

	2013	2014	Variação Valor
Vendas e prestações de serviços	1 768	18 693	16 925
Outros proveitos operacionais	2 074	10 295	8 221
Total de proveitos operacionais	3 842	28 988	25 146
Custo das vendas	(2 180)	(19 410)	(17 230)
Fornecimentos e serviços externos	(714)	(879)	(165)
Gastos com o pessoal	(140)	(134)	6
Provisões e perdas por imparidade	(48 245)	99 547	147 792
Outros custos operacionais	(10 382)	(138 916)	(128 534)
Total de custos operacionais	(61 661)	(59 792)	1 869
Custos e perdas financeiros	(52 627)	(44 614)	8 013
Proveitos e ganhos financeiros	781	869	88
	(51 846)	(43 745)	8 101
Imposto sobre o rendimento do período	(2)	-	2
Resultado líquido do exercício	(109 667)	(74 549)	35 118

No final do exercício de 2014, o Resultado Líquido cifrou-se num prejuízo de 74,5 milhões de euros, o que traduz uma variação positiva de 35,1 milhões de euros face ao resultado verificado em 2013. Esta quebra no volume de prejuízos anuais é uma consequência da atividade, designadamente do resultado positivo decorrente da alienação da posição em títulos Chaves SME, dos ganhos cambiais, do impacto da liquidação do FEI BPN Diversificação e da redução dos custos e perdas financeiros, neste último caso, em face da amortização do empréstimo bancário e da melhoria no custo médio do passivo financeiro.

Para o resultado do ano, os proveitos operacionais contribuíram com um total de 29 milhões de euros, com o custo das vendas a cifrar-se em 19,4 milhões de euros, rubricas que fundamentalmente refletem a venda das moedas comemorativas e imóveis, bem como traduzem ganhos cambiais e os resultantes da alienação de títulos.

Para além do referido no parágrafo anterior, no resultado líquido do exercício, importa realçar o contributo das reversões de imparidade (99,5 milhões de euros), essencialmente a respeitante ao FEI BPN Diversificação, e os outros custos operacionais (138,9 milhões de euros), neste caso na quase totalidade explicado pelas perdas em alienações de títulos (fundamentalmente, dos fundos FEI BPN Diversificação e FCR BPN Gestão Ativos Valorização Patrimonial).

Por último, acresceu ainda o impacto de 44,6 milhões de euros de custos e perdas financeiros, fundamentalmente juros e encargos dos financiamentos obtidos incluindo o empréstimo obrigacionista.

1.5.2. Evolução do Balanço

milhares €

	2013	2014	Variação Valor
Ativo			
<u>Ativo não corrente:</u>			
Outros Investimentos	607 032	540 859	(66 173)
	607 032	540 859	(66 173)
<u>Ativo corrente:</u>			
Existências	65 124	39 113	(26 011)
Outras contas a receber	3 315	4 035	720
Estado e outros entes públicos	305	373	68
Investimentos detidos para negociação	220	150	(70)
Caixa e equivalentes de caixa	17 736	57 227	39 491
	86 700	100 898	14 198
Total do Ativo	693 732	641 757	(51 975)

Em 31 de Dezembro de 2014, o Ativo Líquido da sociedade situou-se em 641,8 milhões de euros, o que significou um decréscimo de cerca de 52 milhões de euros (-7,5%) face ao alcançado no final de 2013.

No final do exercício os saldos das rubricas Investimentos em associadas e Outros investimentos ascenderam a 540,9 milhões de euros (ativo não corrente, líquido de imparidades), o que significou um decréscimo de 66,2 milhões de euros face ao alcançado no final do ano anterior.

O Ativo Corrente líquido de imparidades totalizou 100,9 milhões de euros o que representou um aumento de 14,2 milhões de euros face ao saldo do final do exercício anterior.

milhares €	2013	2014	Variação Valor
Capital próprio			
Capital social	50	50	-
Reservas de reavaliação	7 068	8 287	1 219
Resultados transitados	(619 448)	(729 115)	(109 667)
Resultado líquido do exercício	(109 667)	(74 549)	35 118
Total do Capital próprio	(721 997)	(795 327)	(73 330)
Passivo			
<u>Passivo não corrente:</u>			
Empréstimos bancários	71 469	-	(71 469)
Empréstimos obrigacionistas	691 604	604 662	(86 942)
Outros financiamentos obtidos	616 825	795 690	178 865
	1 379 898	1 400 352	20 454
<u>Passivo corrente:</u>			
Acionistas	35 193	35 193	-
Fornecedores	56	34	(22)
Estado e outros entes públicos	6	5	(1)
Outros passivos	576	1 500	924
	35 831	36 732	901
Total do Passivo	1 415 729	1 437 084	21 355
Total do Capital Próprio e do Passivo	693 732	641 757	(51 975)

O Passivo não corrente totalizou 1.400,4 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 20,5 milhões de euros comparativamente com o saldo do final do ano anterior. Na composição deste passivo, verificou-se que a amortização antecipada do empréstimo bancário e a amortização parcial do empréstimo obrigacionista foram ambas compensadas através do aumento da rubrica de Outros financiamentos obtidos, designadamente com a contratualização de dois empréstimos com o Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Passivo corrente ascendeu a 36,7 milhões de euros, não tendo havido uma variação significativa face a 2013.

O Capital Próprio da Parups diminuiu 73,3 milhões de euros durante o ano de 2014. O Resultado líquido do exercício, traduzido por um prejuízo de 74,5 milhões de euros, e o aumento de 1,2 milhões de euros das Reservas de reavaliação, contribuíram para que no final do exercício de 2014 os Capitais próprios se cifrassem no montante negativo de 795,3 milhões de euros.

1.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

A PARUPS, na qualidade de titular da totalidade das unidades de participação do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO IMOGLOBAL decidiu, após o encerramento do exercício de 2014, dissolver e liquidar este Fundo, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2015, através do reembolso em espécie das unidades de participação a levar a efeito mediante a transferência global do património do Fundo para a PARUPS. Do património fazem parte todos os bens móveis e imóveis, o conjunto de direitos e obrigações e as posições jurídicas ativas e/ou passivas encabeçadas no dito Fundo, designadamente decorrentes de contratos de promessa a que validamente se vinculou e a cujo cumprimento está obrigado, e ainda todo o respetivo passivo. O resultado global desta operação de liquidação para a PARUPS foi de 27,8 milhões de euros divididos pelas seguintes categorias de ativos: (i) dinheiro 26,5 milhões de euros; (ii) dois ativos imobiliários com contratos promessa compra e venda correspondente a 3,8 milhões de euros e por valores passivos de 2,5 milhões de euros (correspondentes a adiantamento por conta de imóveis e outros a regularizar).

1.7 Gestão do Capital e Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2014, apresentam capitais próprios negativos de 795.327 milhares de euros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao acionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 74.548.591,51 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 30 de março de 2015

Conselho de Administração

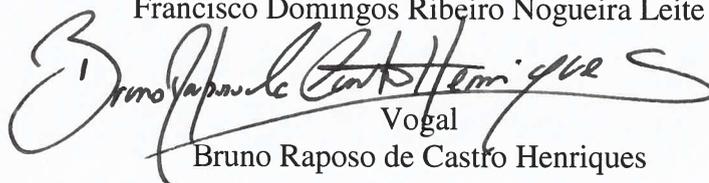


Presidente

Maria Paula Poças Rodrigues

Vogal

Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite



Vogal

Bruno Raposo de Castro Henriques



Vogal

Bernardo Xavier Alabaça

ANEXO I

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2014, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer ação ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

ANEXO II

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, até 13 de fevereiro do exercício de 2012, o BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. foi o acionista único da PARUPS, S.A.. A partir 14 de fevereiro o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS tornou-se o acionista único da sociedade, mantendo-se, nesta data, essa situação.

ANEXO III

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS é o acionista único da sociedade;
2. Não há acionistas titulares de direitos especiais;
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, exceto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem ações;
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral nomear o Conselho de Administração e indicar o Presidente;
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social;
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

ANEXO IV

Lista a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 de COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, detém 10.000 ações (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.

ANEXO V

Artigo 13º do REGIME JURÍDICO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO E DAS EMPRESAS PÚBLICAS

O **Conselho de Administração** da sociedade é composto por quatro elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato 2012-2014

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

Vogal

Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. nº 3 do artigo 73.º do NRJSPE).

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas no ponto IV.B.8 do Relatório do Governo Societário.

Durante o exercício de 2014 realizaram-se 44 (*quarenta e quatro*) reuniões do Conselho de Administração.

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. tem a função de “Revisor Oficial de Contas” da PARUPS, S.A.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



2.1 Balanços Individuais

PARUPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014		2013		Notas	2014	2013
		Ativo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido			
ATIVO								
Ativos não correntes:								
Investimentos em associadas e empresas do grupo	3	10 235	(10 235)	-	-	10	50	50
Outros investimentos	4	849 574	(308 715)	540 859	607 032	11	8 287	7 068
Total de ativos não correntes		859 809	(318 950)	540 859	607 032	11	(729 115)	(619 448)
Ativos correntes:								
Existências	5	90 937	(51 824)	39 113	65 124	12	-	71 469
Outras contas a receber	6	4 035	-	4 035	3 315	13	604 662	691 604
Estado e outros entes públicos	7	373	-	373	305	14	795 690	616 825
Investimentos detidos para negociação	8	150	-	150	220			
Caixa e equivalentes de caixa	9	57 227	-	57 227	17 736			
Total de ativos correntes		152 722	(51 824)	100 898	86 700		1 400 352	1 379 898
Passivo e Capital Próprio								
Capital próprio:								
Capital social								
Reservas de reavaliação								
Resultados transferidos								
Resultado líquido do exercício								
Total do capital próprio								
Passivos não correntes:								
Empréstimos bancários	12							
Empréstimos obrigacionistas	13							
Outros financiamentos obtidos	14							
Total de passivos não correntes								
Passivos correntes:								
Acionistas	15							
Fornecedores								
Estado e outros entes públicos	7							
Outros passivos	16							
Total de passivos correntes								
Total do Passivo								
Total de passivo e de capital próprio								

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

2.2 Demonstrações dos Resultados Individuais

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Vendas e prestações de serviços	17	18 693	1 768
Outros proveitos operacionais	18	10 295	2 074
Total de proveitos operacionais		28 988	3 842
Custos operacionais:			
Custo das vendas	17	(19 410)	(2 180)
Fornecimentos e serviços externos	19	(879)	(714)
Gastos com o pessoal	20	(134)	(140)
Imparidade ((perdas) / reversões)	21	99 547	(48 245)
Outros custos operacionais	22	(138 916)	(10 382)
Total de custos operacionais		(59 792)	(61 661)
Resultados operacionais		(30 804)	(57 819)
Custos e perdas financeiros	23	(44 614)	(52 627)
Proveitos e ganhos financeiros	24	869	781
Resultado líquido do exercício antes de imposto		(74 549)	(109 665)
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	-	(2)
Resultado líquido do exercício		(74 549)	(109 667)
Numero médio de ações ordinárias emitidas	10	10 000	10 000
Resultado por ação (milhares de Euros)		(7,45)	(10,97)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	50	8 399	(448 386)	(171 050)	(610 987)
Aplicação do resultado de 2012	-	-	(171 050)	171 050	-
Outros	-	-	(12)	-	(12)
Rendimento integral do exercício	-	(1 331)	-	(109 667)	(110 998)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	50	7 068	(619 448)	(109 667)	(721 997)
Aplicação do resultado de 2013	-	-	(109 667)	109 667	-
Rendimento integral do exercício	-	1 219	-	(74 549)	(73 330)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	50	8 287	(729 115)	(74 549)	(795 327)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.4 Demonstrações do Rendimento Integral Individual

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2014	2013
Resultado líquido individual do exercício	<u>(74 549)</u>	<u>(109 667)</u>
Outros investimentos:		
Reavaliação de outros investimentos	1 219	(1 331)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>1 219</u>	<u>(1 331)</u>
Rendimento integral individual do exercício	<u>(73 330)</u>	<u>(110 998)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

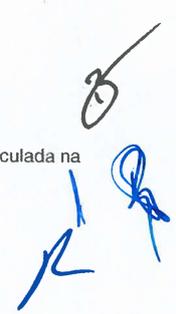
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2014	2013
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Recém-bentos de clientes	139	93
Pagamentos a fornecedores	(861)	(805)
Pagamentos ao pessoal	(95)	(93)
Caixa gerada pelas operações	(817)	(805)
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-	390
Outros recebimentos	317	-
Outros pagamentos	(374)	(701)
	(57)	(311)
	(874)	(1.116)
Fluxos da atividade operacional		
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
(Pagamentos) / recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	43.948	20.820
Juros obtidos	973	872
Existências	19.372	1.675
Outros ativos	396	550
Fluxos da atividade de investimento	64.689	23.917
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Recém-bentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	163.961	283.190
	163.961	283.190
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(158.738)	(256.181)
Outros juros pagos	(29.577)	(39.796)
	(188.315)	(295.977)
	(24.354)	(12.787)
Fluxos da atividade de financiamento		
Varição de caixa e equivalentes de caixa	39.461	10.014
Efeito das diferenças de câmbio	30	(16)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.736	7.738
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57.227	17.736

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Handwritten signatures in blue ink, including a checkmark and several stylized initials.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – m euros, exceto quando expressamente indicado)

3.1 Nota Introdutória

A Parups, S.A. (“Sociedade” ou “Parups”) foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade, assim como aquisição de imóveis para revenda.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), entidade atualmente designada por Banco BIC Português, S.A., ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos seus balanços em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

3.2.2. Adoção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

A Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas a 31 de dezembro de 2014, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: – IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre ativos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Ativos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os ativos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como ativos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3.2.3. Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Investimentos em associadas e empresas do grupo

Esta rubrica inclui as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, sendo o controlo evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos seus resultados.

Inclui ainda as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce uma influência significativa mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação financeira se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto da associada.

Nos termos da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas” estes investimentos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação no capital próprio das participadas (Nota 3). Nas situações em que o valor do capital próprio das participadas é negativo, a Sociedade regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

3.2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

3.2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Proveitos e ganhos financeiros”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações; e
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Estes investimentos são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Provisões e perdas por imparidade”, respetivamente.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Proveitos e ganhos financeiros” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Proveitos e ganhos financeiros” quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de “Investimentos detidos para negociação” e “Outros investimentos” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados activos;
- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters incluindo preços de mercado disponíveis em transações recentes; e
- Preços (bid prices) indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos.

b) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.5. a) ii), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade ((perdas) / reversões)”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas, exceto no momento da alienação do ativo.

c) Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.2.6. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.2.7. Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3.2.8. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, apresentam capitais próprios negativos no montante de 795.327 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Na Nota 27 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentado um resumo das fontes utilizadas pela Sociedade no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3.3. Investimentos em Associadas e Empresas do Grupo

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Instrumentos de capital	4.379	12.029
Suprimentos	5.856	5.856
	<u>10.235</u>	<u>17.885</u>
Imparidade (Nota 21)		
. Instrumentos de capital	(4.379)	(12.029)
. Suprimentos	(5.856)	(5.856)
	<u>(10.235)</u>	<u>(17.885)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido
<u>No país</u>						
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	-	-	-	7.650	(7.650)	-
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.500	(1.500)	-	1.500	(1.500)	-
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	400	(400)	-	400	(400)	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	1.829	(1.829)	-	1.829	(1.829)	-
PayUp Holding B.V.	488	(488)	-	488	(488)	-
	<u>4.217</u>	<u>(4.217)</u>	<u>-</u>	<u>11.867</u>	<u>(11.867)</u>	<u>-</u>
<u>No estrangeiro</u>						
Tecneira Moçambique, S.A.	162	(162)	-	162	(162)	-
	<u>4.379</u>	<u>(4.379)</u>	<u>-</u>	<u>12.029</u>	<u>(12.029)</u>	<u>-</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o Fundo Capital de Risco do Banco Efisa foi liquidado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Suprimentos” apresenta o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido
<u>No país</u>						
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	(1.900)	-	1.900	(1.900)	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-	255	(255)	-
	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>
<u>No estrangeiro</u>						
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-	3.701	(3.701)	-
	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	<u>-</u>	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	<u>-</u>

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Os dados financeiros obtidos das contas não auditadas destas empresas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2014			2013		
	% de participação	Capital próprio (a)	Resultado líquido	% de participação	Capital próprio (a)	Resultado líquido
<u>No país</u>						
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	-	-	-	30,00%	946	(784)
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	7.267	(4.991)	33,30%	2.268	(5.927)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	n.d.	n.d.	26,10%	n.d.	n.d.
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.	89,91%	n.d.	n.d.
PayUp Holding B.V.	76,42%	n.d.	n.d.	76,42%	n.d.	n.d.
<u>No estrangeiro</u>						
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício.
n.d. - não disponível

3.4.Outros Investimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 21)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 21)	Valor líquido
<u>Instrumentos de dívida</u>						
De outros emissores nacionais	31.119	(28.363)	2.756	36.725	(30.603)	6.122
De outros emissores internacionais	9.564	(4.522)	5.042	11.560	(5.773)	5.787
	<u>40.683</u>	<u>(32.885)</u>	<u>7.798</u>	<u>48.285</u>	<u>(36.376)</u>	<u>11.909</u>
<u>Instrumentos de capital</u>						
. Unidades de participação	782.218	(260.521)	521.697	951.124	(364.800)	586.324
. Ações	26.354	(15.034)	11.320	22.724	(13.969)	8.755
	<u>808.572</u>	<u>(275.555)</u>	<u>533.017</u>	<u>973.848</u>	<u>(378.769)</u>	<u>595.079</u>
	<u>849.255</u>	<u>(308.440)</u>	<u>540.815</u>	<u>1.022.133</u>	<u>(415.145)</u>	<u>606.988</u>
<u>Suprimentos concedidos</u>						
	319	(275)	44	319	(275)	44
	<u>849.574</u>	<u>(308.715)</u>	<u>540.859</u>	<u>1.022.452</u>	<u>(415.420)</u>	<u>607.032</u>

No âmbito da operação de venda da BPN Gestão de Ativos – SGFIM, S.A. pela Parparticipadas, SGPS, S.A., ocorrida em 2012, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do fundo Diversificação por aquela sociedade gestora (atualmente designada por Patris Gestão de Ativos – SGFIM, S.A.) durante um período mínimo de 2 anos. Findo o período de manutenção da gestão, a Sociedade comunicou a liquidação do fundo, a qual veio a ocorrer em maio de 2014.

Decorrente da liquidação do fundo, a Sociedade (seu único participante) foi reembolsada em espécie (unidades de participação de fundos de investimento existentes na carteira do Diversificação à data da sua liquidação), no montante de 122.384 m.euros e liquidez, no montante de 7.399 m.euros. Esta operação gerou um impacto negativo no resultado do exercício, no montante de 5.149 m.euros, o qual se detalha do seguinte modo:

	2014
Custo de aquisição	260.470
Valor recebido com a liquidação do fundo	(129.783)
Menos valia (Nota 22)	130.687
Reversão das perdas por imparidade (Nota 21)	(125.538)
	<u>5.149</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais” inclui obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO nº. 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende a 25.213 m.euros e 28.407 m.euros, respetivamente. A Sociedade dispõe de imparidade para estas obrigações no montante de 25.213 m.euros (26.599 m.euros em 2013), registada na rubrica “Imparidade para instrumentos de dívida” e apurada com base nos seguintes preços de compra fornecidos por uma entidade externa:

	2014	2013
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	0%	92%
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	0%	10%
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	0%	0%
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%	0%

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo I.

3.5.Existências

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014			2013		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 21)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 21)	Valor líquido
Imóveis	73.499	(45.603)	27.896	80.309	(42.233)	38.076
Obras de arte	17.064	(5.901)	11.163	16.740	(5.577)	11.163
Moedas comemorativas	374	(320)	54	25.788	(9.903)	15.885
	<u>90.937</u>	<u>(51.824)</u>	<u>39.113</u>	<u>122.837</u>	<u>(57.713)</u>	<u>65.124</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Moedas comemorativas” dizia respeito a 3.176.836 moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, as quais tinham sido adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização.

Até 31 de dezembro de 2012, aquelas moedas, de circulação legal em Portugal, encontravam-se a ser valorizadas ao seu valor facial (8 euros cada). Posteriormente, em 10 de dezembro de 2013, a Direção Geral do Tesouro e Finanças informou a Sociedade da autorização para alienação das moedas a outra entidade, afastando-se assim a hipótese da sua retirada de circulação por entrega das mesmas ao Banco de Portugal. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade passou a valorizar aquelas moedas ao seu valor esperado de realização, o qual passou a ser o seu valor intrínseco em termos dos metais preciosos que as constituem (essencialmente prata), ou seja, a cotação da prata pelo peso global das moedas. Desta forma, aquelas moedas encontravam-se registadas pelo valor líquido contabilístico de 15.885 m.euros.

Em julho de 2014, a Sociedade alienou 3.170.106 moedas pelo valor de 15.691 m.euros, tendo gerado uma menos valia, no exercício de 2014, no montante de 141 m.euros e utilizado provisões no montante de 9.583 m.euros (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Obras de arte” inclui, essencialmente, obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade dispõe de perdas por imparidade, no montante de 5.901 m.euros, para estes ativos, apurada a partir da média entre o valor máximo e o valor mínimo de venda estimado por um avaliador internacional independente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe das rubricas “Imóveis” e “Imparidade – Imóveis” é o seguinte:

Imóvel	2014					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMI)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2014	Imparidade	Valor líquido em 31-12-2014
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(1.786)	2.470
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.744)	1.568
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.753)	1.180
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(253)	1.135
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.824)	1.065
Catraia de Assequins	1.080	70	9	1.159	(445)	714
Rua das Buganvilias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(1.001)	551
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(2.392)	460
Avenida do Ultramar	431	28	3	462	(49)	413
Av. Dr Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(776)	376
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.478)	351
Urb. Pedra Alçada Lote 55 J	534	32	4	570	(236)	334
Lugar do Barranquinho	300	13	2	315	-	315
Estrada de Campizes	395	21	3	419	(111)	308
Vale da Proa - Semide	473	27	4	504	(199)	305
	33.166	2.156	270	35.592	(24.047)	11.545
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	35.620	1.991	296	37.907	(21.556)	16.351
	68.786	4.147	566	73.499	(45.603)	27.896

Imóvel	2013					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMI)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2013	Imparidade	Valor líquido em 31-12-2013
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(620)	3.636
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.455)	1.857
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.504)	1.429
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(88)	1.300
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.719)	1.170
Lagoa - Barracão	3.082	200	25	3.307	(2.402)	905
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.972)	880
Catraia de Assequins	1.080	70	9	1.159	(284)	875
Rua das Buganvilias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(897)	655
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.208)	621
Rua Álvares Cabral	1.817	118	15	1.950	(1.547)	403
Av. Dr Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(766)	386
Travessa das Indústrias - Casas de Fornos	860	56	7	923	(548)	375
Travessa das Indústrias - Casas de Fornos	860	56	7	923	(548)	375
Urb. Pedra Alçada Lote 55 J	534	32	4	570	(218)	352
Rua Álvares Cabral	545	27	4	576	(233)	343
Vale da Proa - Semide	473	27	4	504	(165)	339
Condomínio Casas da Baía - Av. do Brasil e Rua Particular Lote	683	41	5	729	(400)	329
	39.887	2.592	325	42.804	(26.574)	16.230
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	35.291	1.920	294	37.505	(15.659)	21.846
	75.178	4.512	619	80.309	(42.233)	38.076

A rubrica “Imparidade para existências - imóveis” diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada com base em avaliações de peritos avaliadores.

Dos imóveis em carteira em 31 de dezembro de 2014, existem nove de imóveis, no montante líquido de 2.108 m.euros, para aos quais já foram assinados contratos de venda, tendo os respetivos compradores efetuado adiantamentos, no montante de 727 m.euros, os quais encontram-se registados na rubrica “Outros passivos” (Nota 16). Em 31 de dezembro de 2014, os referidos imóveis encontram registado pelo seu valor de venda.

3.6.Outras Contas a Receber

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Banco BIC Português, S.A.	2.763	3.254
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	244	-
Adiantamentos a fornecedores e outros valores a receber	45	35
Cientes	6	9
Juros a receber de depósitos	-	17
Outras contas a receber	977	-
	4.035	3.315

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor a receber do Banco BIC Português, S.A. diz respeito a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de março de 2012.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor a receber registado na rubrica “Fundo Capital de Risco do Banco Efisa” diz respeito a saldos que aquele fundo tinha a receber e que, na sequência da sua liquidação, foram distribuídos pelos seus participantes.

3.7.Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Estado e outros entes públicos - ativo</u>		
Retenções na fonte	258	167
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	58	86
IMT - valores a receber	43	43
Pagamento especial por conta	14	9
	373	305
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>		
Contribuições para a Segurança Social	3	2
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2	2
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	2
	5	6

A Sociedade é tributada individualmente e encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2014

poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme referido na Nota 1, em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços dessas entidades em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. Atendendo às regras em vigor, para efeitos fiscais, a operação de compra deve ser reconhecida pelo respetivo valor de mercado. Assim, na data em que os ativos em apreço saírem do seu balanço, total ou parcialmente (momento esse em que serão realizados os impactos fiscais definitivos na demonstração de resultados quer por via de mais valias ou perdas assumidas), para efeitos do apuramento dos ganhos ou perdas fiscais, a Sociedade deverá considerar como valor de aquisição o respetivo valor de mercado à data da operação inicial (30 de novembro de 2010).

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados no período de tributação de 2012, de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 (75% do lucro tributável nas deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados entre 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013), independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos ativos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

A Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças. Em 31 de dezembro de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis, para os quais a Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos ascendem a 252.377 m.euros.

3.8. Investimentos Detidos Para Negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	2014			Valor de balanço em 31-12-2014
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,15	920	150

Título	2013			Valor de balanço em 31-12-2013
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,22	920	220

3.9. Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem		
Banco BIC Português, S.A.	9.461	1.969
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	7.744	10.747
Agência de Gestão de Tesouraria	16	5.016
Outros	6	4
	<u>17.227</u>	<u>17.736</u>
Depósitos a prazo		
Banco BIC Português, S.A.	40.000	-
	<u>57.227</u>	<u>17.736</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o depósito a prazo, no montante de 40.000 m.euros, encontra-se domiciliado no Banco BIC, teve início em 29 de dezembro de 2014, é remunerado à taxa anual nominal de 0,07% e tem o seu vencimento em 5 de janeiro de 2015.

3.10. Capital

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, apresentam capitais próprios negativos no montante de 795.327 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes

do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

3.11. Reservas de Reavaliação, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício

As rubricas reserva de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	2014	2013
Reservas de reavaliação		
. Reserva de justo valor	8.287	7.068
Resultados transitados	(729.115)	(619.448)
Resultado líquido do exercício	(74.549)	(109.667)
	<u>(795.377)</u>	<u>(722.047)</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Reservas de reavaliação” diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como “Outros investimentos”.

3.12. Empréstimos Bancários

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Financiamento de longo prazo	-	71.879
Despesas diferidas	-	(410)
	<u>-</u>	<u>71.469</u>

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica dizia respeito a um financiamento obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) com as seguintes condições:

Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2013	Cláusula de pagamento antecipado
30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	5,31%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.

No decurso do exercício de 2014, a Sociedade procedeu a amortizações extraordinárias de capital, tendo procedido ao pagamento antecipado do financiamento através da contratação de um novo financiamento de médio longo prazo, junto do Estado, no montante de 68.900 m.euros (Nota 14).

3.13. Empréstimos Obrigacionistas

Esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade em 30 de dezembro de 2010. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Obrigações em circulação	604.598	691.458
Juros a pagar	60	146
Comissão de garantia a pagar	4	-
	<u>604.662</u>	<u>691.604</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante 31-12-2014	Montante 31-12-2013	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2014	Taxa de Juro nominal a 31-12-2013	Cláusula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	604.598	691.458	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	3,578%	3,810%	“Call Option”, total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

3.14.Outros Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui os seguintes montantes:

Entidade	Data de início	Montante contratado	Saldos em 31.12.2014			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31.12.2014
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	20-12-2012	279.732	279.732	16.065	295.797	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,79%
DGTF	20-12-2012	6.325	6.325	971	7.296	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	5,49%
DGTF	24-07-2013	200.000	200.000	6.883	206.883	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,36%
DGTF	19-12-2013	83.190	83.190	1.211	84.401	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,39%
DGTF	26-05-2014	68.900	68.900	587	69.487	31-12-2019	Bullet de capital e juros	1,40%
DGTF	29-12-2014	95.061	95.061	8	95.069	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,50%
Parvalorem, S.A.	04-06-2014	36.757	36.757	-	36.757	22-03-2022	Primeira prestação trimestral de capital vence a 22 de junho de 2022	0,00%
		<u>769.965</u>	<u>769.965</u>	<u>25.725</u>	<u>795.690</u>			

Entidade	Data de início	Montante contratado	Saldos em 31.12.2013			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31.12.2013
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	20-12-2012	279.732	279.732	8.152	287.884	31-12-2017	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2014	2,79%
DGTF	20-12-2012	6.325	6.325	619	6.944	31-12-2017	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2014	5,49%
DGTF	24-07-2013	200.000	200.000	2.098	202.098	31-12-2017	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2014	2,36%
DGTF	19-12-2013	83.190	83.190	39	83.229	31-12-2017	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2014	1,39%
Parvalorem, S.A.	22-03-2012	35.000	35.000	1.670	36.670	22-03-2022	Primeira prestação de capital e juros vence a 22 de junho de 2014	2,51%
		<u>604.247</u>	<u>604.247</u>	<u>12.578</u>	<u>616.825</u>			

Nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 foram concedidos à Sociedade empréstimos pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF), nos montantes globais de 286.057 m.euros, 283.190 m.euros e 163.961 m.euros, respetivamente. Estes financiamentos foram concedidos com a finalidade de pagamento parcial da aquisição de ativos ao BPN, amortização do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e amortização parcial do empréstimo obrigacionista. À exceção do financiamento no montante de 68.900 m.euros cujo reembolso integral é efetuado na data de vencimento, estes financiamentos serão reembolsados em duas prestações, a iniciar em 31 de dezembro de 2018.

Em 29 de março de 2012, foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a Parvalorem, S.A. e das respetivas garantias, do financiamento contratado em março de 2012 com esta entidade, pelo valor de 35.000 m.euros. Em 4 de junho de 2014, este financiamento foi renegociado, tendo os juros corridos sido capitalizados, apurando-se um valor em dívida de 36.757 m.euros. O atual financiamento não é remunerado e será reembolsado em vinte e quatro prestações trimestrais, a iniciar em 22 de junho de 2016.

3.15. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.

3.16. Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Adiantamentos por conta de vendas	727	-
Encargos com pessoal a pagar	19	19
Proveitos diferidos - renda de imóveis	6	7
Comissões a pagar (Nota 23)	4	-
Outros custos a pagar	744	550
	<u>1.500</u>	<u>576</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” inclui os montantes adiantados por clientes para a aquisição de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros custos a pagar” inclui, essencialmente, 500 m.euros relativos à caução entregue pela leiloeira Christie’s no âmbito do processo de leilão das obras de arte do pintor Joan Miró.

3.17. Vendas e Prestação de Serviços e Custos das Vendas

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Vendas:</u>		
Moedas comemorativas	15.691	5
Imóveis	3.002	1.763
	<u>18.693</u>	<u>1.768</u>
<u>Custo das vendas:</u>		
Moedas comemorativas	15.832	5
Imóveis	3.578	2.175
	<u>19.410</u>	<u>2.180</u>

3.18. Outros Proveitos Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Ganhos em alienações de títulos	7.832	373
Ganhos cambiais	1.328	640
Juros recebidos de instrumentos de dívida	626	832
Rendas de imóveis	171	116
Outros rendimentos e ganhos	338	113
	<u>10.295</u>	<u>2.074</u>

No exercício de 2014, a rubrica “Ganhos em alienações de títulos” corresponde às mais valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	2014		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Mais valia
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	2.880	10.530	7.650
PATRIS - Acções Europa	4.691	4.750	59
PATRIS - Conservador	7.264	7.316	52
Outros não detalhados	n.d.	n.d.	71
	<u>14.835</u>	<u>22.596</u>	<u>7.832</u>

3.19. Fornecimento e serviços Externos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Trabalhos especializados		
. Inspeções e avaliações	-	1
. Auditores	58	37
. Advogados	56	1
. Outros	247	224
Serviços diversos	255	148
Conservação e reparação de imóveis	117	136
Vigilância e segurança	50	102
Honorários	12	35
Outros	84	30
	<u>879</u>	<u>714</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Trabalhos especializados – Auditores” inclui o montante de 56m.euros e 37 m.euros, respetivamente relativos aos honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante os exercícios de 2014 e 2013, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Trabalhos especializados – Outros” inclui, essencialmente, os custos associados à subcontratação de serviços de administração de imóveis por entidades externas.

3.20. Gastos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	106	112
Encargos sobre remunerações	28	28
	<u>134</u>	<u>140</u>

A Sociedade não tem quadro de pessoal, excetuando órgãos sociais, sendo os serviços administrativos assegurados, na sua maioria, por diversas áreas funcionais da Parvalorem, S.A..

3.21. Provisões e Perdas por Imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2014 e 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	2014				Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	17.885	-	-	(7.650)	10.235
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	415.420	30.593	(137.255)	(43)	308.715
Imparidade para existências (Nota 5)	57.713	7.115	-	(13.004)	51.824
	<u>491.018</u>	<u>37.708</u>	<u>(137.255)</u>	<u>(20.697)</u>	<u>370.774</u>

	2013				Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	17.366	519	-	-	17.885
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	379.904	46.966	(11.450)	-	415.420
Imparidade para existências (Nota 5)	46.991	12.210	-	(1.488)	57.713
	<u>444.261</u>	<u>59.695</u>	<u>(11.450)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>491.018</u>

No exercício de 2014, as utilizações das perdas por imparidade respeitam, essencialmente, à alienação de moedas comemorativas, no montante de 9.583 m.euros e à liquidação da participação financeira no fundo do Banco Efisa, no montante de 7.650 m.euros.

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2014, na rubrica “Imparidade para outros investimentos”, no montante de 137.255 m.euros, dizem essencialmente respeito à reversão da imparidade constituída para o investimento financeiro no fundo BPN Diversificação, no montante de 125.538 m.euros, o qual foi liquidado no decurso do corrente exercício. De referir que o impacto líquido desta operação, nos resultados do exercício de 2014, foi negativo em 5.149 m.euros (Notas 4 e 22).

3.22.Outros Custos Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Perdas em alienações de títulos	137.971	8.694
Perdas cambiais	253	1.029
Impostos	636	594
Outros gastos e perdas	56	65
	138.916	10.382

No exercício de 2014, a rubrica “Perdas em alienações de títulos” corresponde às menos valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	2014		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Fnd.Esp.Inv. BFN Diversificação	260.470	129.783	130.687
Fnd.Cpt.Rsc. BPN Gs Activos Valorização Patrimonial	20.582	15.108	5.474
White Pine Corporation Limited Series 2004-9	484	-	484
FCP Outperformance	2.000	1.601	399
Eden Rock Finance Master Limited	288	9	279
White Pine Corporation Limited Series 2005-1	183	-	183
Outros não detalhados	n.d.	n.d.	465
	284.007	146.501	137.971

3.23.Custos e Perdas Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Juros e encargos similares</u>		
. Empréstimos bancários e outros empréstimos	17.748	24.457
. Empréstimos obrigacionistas	26.625	28.060
	44.373	52.517
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
. Instrumentos de capital	241	110
	44.614	52.627

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionistas” inclui os montantes de 1.405 m.euros e 1.472 m.euros respetivamente, relativos à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade (Nota 13).

3.24. Proveitos e Ganhos Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Dividendos de instrumentos financeiros	396	532
Juros de aplicações financeiras	302	39
Ganhos de instrumentos financeiros detidos para negociação	171	210
	<u>869</u>	<u>781</u>

3.25. Relato por Segmentos

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

Linhas de negócio

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a atividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

Mercados Geográficos

	2014					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	528.049	4.497	6.759	897	657	540.859
Investimentos detidos para negociação	150	-	-	-	-	150
Caixa e equivalentes de caixa	57.227	-	-	-	-	57.227
Outros	43.521	-	-	-	-	43.521
Ativo Líquido total	<u>628.947</u>	<u>4.497</u>	<u>6.759</u>	<u>897</u>	<u>657</u>	<u>641.757</u>
Empréstimos obrigacionistas	604.662	-	-	-	-	604.662
Outros	832.422	-	-	-	-	832.422
Passivo Total	<u>1.437.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437.084</u>

	2014					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Vendas e prestações de serviços	18.693	-	-	-	-	18.693
Outros proveitos operacionais	10.295	-	-	-	-	10.295
Custo das vendas	(19.410)	-	-	-	-	(19.410)
Fornecimentos e serviços externos	(879)	-	-	-	-	(879)
Perdas por imparidade	97.480	2.210	-	503	(646)	99.547
Custos com pessoal	(134)	-	-	-	-	(134)
Outros custos operacionais	(138.916)	-	-	-	-	(138.916)
	<u>(32.871)</u>	<u>2.210</u>	<u>-</u>	<u>503</u>	<u>(646)</u>	<u>(30.804)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	869	-	-	-	-	869
Custos e perdas financeiras	(44.614)	-	-	-	-	(44.614)
	<u>(76.616)</u>	<u>2.210</u>	<u>-</u>	<u>503</u>	<u>(646)</u>	<u>(74.549)</u>

	2013					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	590.741	8.307	6.052	1.688	244	607.032
Investimentos detidos para negociação	220	-	-	-	-	220
Caixa e equivalentes de caixa	17.736	-	-	-	-	17.736
Outros	68.744	-	-	-	-	68.744
Ativo líquido total	677.441	8.307	6.052	1.688	244	693.732
Empréstimos bancários	71.469	-	-	-	-	71.469
Empréstimos obrigacionistas	691.604	-	-	-	-	691.604
Outros	652.656	-	-	-	-	652.656
Passivo Total	1.415.729					1.415.729

	2013					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Vendas e prestações de serviços	1.768	-	-	-	-	1.768
Outros proveitos operacionais	2.074	-	-	-	-	2.074
Custo das vendas	(2.180)	-	-	-	-	(2.180)
Fornecimentos e serviços externos	(714)	-	-	-	-	(714)
Perdas por imparidade	(43.484)	(2.843)	(1.693)	(54)	(171)	(48.245)
Custos com pessoal	(140)	-	-	-	-	(140)
Outros custos operacionais	(10.382)	-	-	-	-	(10.382)
	(53.058)	(2.843)	(1.693)	(54)	(171)	(57.819)
Proveitos e ganhos financeiros	781	-	-	-	-	781
Custos e perdas financeiras	(52.627)	-	-	-	-	(52.627)
	(104.904)	(2.843)	(1.693)	(54)	(171)	(109.665)

3.26. Entidades Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e as outras entidades pertencentes ao Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	2014			
	DGTF	CGD	Parvalorem	Outras entidades pertencentes ao Estado
Ativo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	373
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	7.744	-	16
	-	7.744	-	389
Passivo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	5
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	604.662	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	758.933	-	36.757	-
Acionistas (Nota 15)	35.193	-	-	-
	794.126	604.662	36.757	5
Custos:				
Outros custos operacionais (Nota 22)	-	-	-	636
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	16.223	28.065	85	-
Proveitos:				
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 24)	-	46	-	-
	810.349	640.517	36.842	1.030

	2013			
	DGTF	CGD	Parvalorem	Outras entidades pertencentes ao Estado
Ativo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	305
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	10.747	-	5.016
	-	10.747	-	5.321
Passivo:				
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	6
Empréstimos bancários (Nota 12)	-	71.469	-	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	691.604	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	580.155	-	36.670	-
Acionistas (Nota 15)	35.193	-	-	-
	615.348	763.073	36.670	6
Custos:				
Outros custos operacionais (Nota 22)	-	-	-	594
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	11.873	39.883	761	-
Proveitos:				
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 24)	39	-	-	-
	627.260	813.703	37.431	5.327

3.27.Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

Políticas de gestão do risco***Risco de Taxa de Juro***

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e no capital próprio de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da atividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2014 e 2013, é apresentado no quadro seguinte:

		2014								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6 Meses	> 6 Meses <= 12 Meses	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos		-	3.681	3.674	443	-	-	-	533.061	540.859
		-	3.681	3.674	443	-	-	-	533.061	540.859
Passivo										
Empréstimos bancários e outros financiamentos		-	-	-	-	-	-	795.690	-	795.690
Empréstimos obrigacionistas		-	-	-	-	604.662	-	-	-	604.662
Acionistas		-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
		-	-	-	-	604.662	-	795.690	35.193	1.435.545
Exposição Líquida		-	3.681	3.674	443	604.662	-	795.690	568.254	1.976.404
		-	3.681	3.674	443	604.662	-	795.690	568.254	1.976.404
		2013								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6 Meses	> 6 Meses <= 12 Meses	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos		-	2.775	4.915	1.757	2.462	-	-	595.123	607.032
		-	2.775	4.915	1.757	2.462	-	-	595.123	607.032
Passivo										
Empréstimos bancários e outros financiamentos		-	-	-	-	261.359	284.623	142.312	-	688.294
Empréstimos obrigacionistas		-	-	-	-	691.604	-	-	-	691.604
Acionistas		-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
		-	-	-	-	952.963	284.623	142.312	35.193	1.415.091
Exposição Líquida		-	2.775	4.915	1.757	955.425	284.623	142.312	630.316	2.022.123
		-	2.775	4.915	1.757	955.425	284.623	142.312	630.316	2.022.123

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus ativos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

		2014							
		Prazos Residuais Contratuais							
		Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Carteira de títulos:									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos		-	443	-	1.010	4.032	2.313	533.061	540.859
		-	443	-	1.010	4.032	2.313	533.061	540.859
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos		-	-	10.721	771.185	13.784	-	-	795.690
Empréstimos obrigacionistas		-	69.162	181.379	215.927	138.194	-	-	604.662
		-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
		-	69.162	192.100	987.112	151.978	-	35.193	1.435.545
Diferencial		-	(68.719)	(192.100)	(986.102)	(147.946)	2.313	497.868	(894.686)

		2013							
		Prazos Residuais Contratuais							
		Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Carteira de títulos:									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos		-	2.462	1.693	-	4.985	4.312	593.580	607.032
		-	2.462	1.693	-	4.985	4.312	593.580	607.032
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos		-	164.044	309.425	167.953	46.872	-	-	688.294
Empréstimos obrigacionistas		-	54.734	163.766	209.257	263.847	-	-	691.604
Accionistas		-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
		-	218.778	473.191	377.210	310.719	-	35.193	1.415.091
Diferencial		-	(216.316)	(471.498)	(377.210)	(305.734)	4.312	558.387	(808.059)

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2014			Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	
<i>Outros investimentos:</i>				
AAA	-	-	1.010	1.010
AA- até AA+	-	1.099	-	1.099
A- até A+	-	-	-	-
Menor que A-	-	2.933	-	2.933
Sem Rating	2.756	-	-	2.756
	<u>2.756</u>	<u>4.032</u>	<u>1.010</u>	<u>7.798</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	2.756	-	-	2.756
Outros emitentes	-	4.032	1.010	5.042
	<u>2.756</u>	<u>4.032</u>	<u>1.010</u>	<u>7.798</u>
	2013			
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Total
<i>Outros investimentos:</i>				
AA- até AA+	-	-	-	-
A- até A+	296	1.146	903	2.345
Menor que A-	1.511	3.739	-	5.250
Sem Rating	4.313	-	-	4.313
	<u>6.120</u>	<u>4.885</u>	<u>903</u>	<u>11.909</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	1.853	794	-	2.647
Outros emitentes	4.267	4.091	903	9.261
	<u>6.120</u>	<u>4.885</u>	<u>903</u>	<u>11.909</u>

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2014					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	22	11	6	(6)	(11)	(22)
Total ativo sensível	22	11	6	(6)	(11)	(22)
Passivo						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(29.143)	(14.572)	(7.286)	7.286	14.572	29.143
Empréstimos obrigacionistas	(8.707)	(4.354)	(2.177)	2.177	4.354	8.707
Total passivo sensível	(37.850)	(18.926)	(9.463)	9.463	18.926	37.850
Total Ganho / Perda	(37.828)	(18.915)	(9.457)	9.457	18.915	37.828
	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	69	35	17	(17)	(35)	(69)
Total ativo sensível	69	35	17	(17)	(35)	(69)
Passivo						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(20.158)	(10.079)	(5.039)	5.039	10.079	20.158
Empréstimos obrigacionistas	(9.959)	(4.980)	(2.490)	2.490	4.980	9.959
Total passivo sensível	(30.117)	(15.059)	(7.529)	7.529	15.059	30.117
Total Ganho / Perda	(30.048)	(15.024)	(7.512)	7.512	15.024	30.048

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2014 e 2013, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2014					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(137)	(68)	(34)	34	68	137
Custos com Juros	3.023	1.512	756	(756)	(1.512)	(3.023)
Margem Financeira	2.886	1.444	722	(722)	(1.444)	(2.886)
	2013					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(169)	(84)	(42)	42	84	169
Custos com Juros	4.765	2.382	1.191	(1.191)	(2.382)	(4.765)
Margem Financeira	4.596	2.298	1.149	(1.149)	(2.298)	(4.596)

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. Nos exercícios de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2014			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Ativo</u>				
Outros investimentos	532.367	7.620	872	540.859
Existências	39.113	-	-	39.113
Outras contas a receber	4.035	-	-	4.035
Estado e outros entes públicos	373	-	-	373
Investimentos detidos para negociação	150	-	-	150
Caixa e equivalentes de caixa	57.165	62	-	57.227
	<u>633.203</u>	<u>7.682</u>	<u>872</u>	<u>641.757</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos obrigacionistas	604.662	-	-	604.662
Outros financiamentos obtidos	795.690	-	-	795.690
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	34	-	-	34
Estado e outros entes públicos	5	-	-	5
Outros Passivos	1.500	-	-	1.500
	<u>1.437.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437.084</u>
Exposição líquida	<u>(803.881)</u>	<u>7.682</u>	<u>872</u>	<u>(795.327)</u>

	2013			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Ativo</u>				
Outros investimentos	597.424	8.153	1.455	607.032
Existências	65.124	-	-	65.124
Outras contas a receber	3.315	-	-	3.315
Estado e outros entes públicos	305	-	-	305
Investimentos detidos para negociação	220	-	-	220
Caixa e equivalentes de caixa	17.593	143	-	17.736
	<u>683.981</u>	<u>8.296</u>	<u>1.455</u>	<u>693.732</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	71.469	-	-	71.469
Empréstimos obrigacionistas	691.604	-	-	691.604
Outros financiamentos obtidos	616.825	-	-	616.825
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	56	-	-	56
Estado e outros entes públicos	6	-	-	6
Outros Passivos	576	-	-	576
	<u>1.415.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.415.729</u>
Exposição líquida	<u>(731.748)</u>	<u>8.296</u>	<u>1.455</u>	<u>(721.997)</u>

- Outros financiamentos: considerando as condições que se aplicam presentemente às operações de financiamento concedidas pelo IGCP, o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando os *spreads* implícitos nos preços das Obrigações do Tesouro para prazos idênticos, em vigor no final de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

2014						
Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
Tipo de instrumentos financeiros	Técnicas de valorização baseadas em:			Total justo valor	Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
Ativo:						
Outros Investimentos	657	-	526.738	527.395	13.464	540.859
Investimentos detidos para negociação	150	-	-	150	-	150
	<u>807</u>	<u>-</u>	<u>526.738</u>	<u>527.545</u>	<u>13.464</u>	<u>541.009</u>
2013						
Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
Tipo de instrumentos financeiros	Técnicas de valorização baseadas em:			Total justo valor	Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
Ativo:						
Outros Investimentos	245	17	596.363	596.625	10.407	607.032
Investimentos detidos para negociação	220	-	-	220	-	220
	<u>465</u>	<u>17</u>	<u>596.363</u>	<u>596.845</u>	<u>10.407</u>	<u>607.252</u>

Para efeitos de apresentação nesta Nota, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

Nível 1 – Cotações em mercado ativo

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pela Sociedade ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado.

Os ativos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente: (i) obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; (ii) obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos; e (iii) fundos de investimento imobiliário fechados e/ou com reduzida liquidez.

PARUPS, S.A.

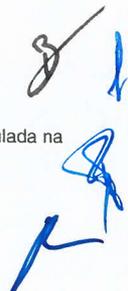
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

	Cotação Unitária	Quantidade	Valor Nominal	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação
Outros investimentos							
Instrumentos de dívida							
De emissores nacionais:							
Obrigações BPN Perpétuas 2008	136%	2 300	2 300	2 313	-	2 313	600
Obrigações de Caixa Subordinadas 2005	310%	443	443	443	-	443	300
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	0%	9 600	9 600	9 600	(9 600)	-	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%	15 613	15 613	15 613	(15 613)	-	-
SLN Obrigações Subordinadas 2006	0%	1 550	1 550	500	(500)	-	-
P.C. CNE - 12ª Emissão	0%	2 300	2 300	2 300	(2 300)	-	-
SLN Rendimento Mais 2004	0%	600	600	350	(350)	-	-
				31 119	(28 363)	2 756	900
De emissores internacionais:							
Aquila CLO II PLC - Class Z Combination Notes	73%	1 500	1 500	1 972	(873)	1 099	468
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	77%	1 700	1 700	1 444	(434)	1 010	64
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	88%	1 000	1 000	1 584	(700)	884	575
Jubilee CDO V B.V. - Class W	63%	1 325	1 325	1 603	(765)	838	275
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	75%	1 000	1 000	1 349	(661)	688	422
Harbourmaster CLO 5 B.V. - Class B2E	89%	800	800	1 042	(519)	523	456
H.E.AT Mezzanine S.A. - Class C	0%	500	500	500	(500)	-	-
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	0%	103	103	70	(70)	-	-
				9 564	(4 522)	5 042	2 260
TOTAL INSTRUMENTOS DE DÍVIDA				40 683	(32 885)	7 798	3 160
Instrumentos de capital							
Instrumentos de capital - no país:							
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto BPN Imonegócios	4,78	64 498	64 498	441 977	(149 611)	292 366	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BPN Imoreal	74,45	1 758	1 758	178 861	(51 202)	127 659	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BPN Imomarinas	83,64	610	610	48 942	(4 691)	44 251	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BPN Imoglobal	273,86	125	125	74 775	(46 897)	27 878	28
Fundo de Investimento Imobiliário BPN Real Estate	182,22	80	80	15 456	(3 944)	11 512	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosocial	6,41	1 749	1 749	11 397	-	11 397	20
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	22 535,28	-	-	2 471	(1 409)	1 062	33
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	17 961,77	-	-	2 630	(2 152)	478	-
				776 509	(259 906)	516 603	81
Instrumentos de capital - no estrangeiro:							
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	119 792,63	-	-	4 332	(100)	4 232	1 498
Sciens Global Stra Fund-Classe A	752,89	1	1	478	(22)	456	43
LON&CAP REAL ESTATE FUND	n.d.	1	1	137	-	137	(206)
The Fine Art Fund II	n.d.	138	138	128	(18)	110	22
The Fine Art Fund	n.d.	15	15	91	(13)	78	64
Sciens CH SPV LTD - Classe A	508,10	-	-	71	(35)	36	1
The leverage India Fund LLC	6 400,33	-	-	230	(205)	25	12
EDEN ROCK FINANCE MASTER LIMITED	0,02	374	374	232	(222)	10	1
La Fayette Regular Growth Ltd B	n.d.	1	1	9	-	9	(1)
GLG Patners SICAV MS Fund	n.d.	-	-	1	-	1	(2)
La Fayette Regular Growth LTD SP	n.d.	2	2	-	-	-	-
Fairfield Sigma Ltd	n.d.	1	1	-	-	-	-
				5 709	(615)	5 094	1 432
				782 218	(260 521)	521 697	1 513
Participações de capital:							
Controlauto	29	144	144	15 777	(8 528)	7 249	3 038
CELF, SGPS S.A	n.d.	848	848	848	-	848	-
Banco de África Ocidental	n.d.	83	83	1 672	(836)	836	-
Technopark Holdings Limited	n.d.	-	-	1 571	(771)	800	-
Mindteck (India) Limited	0	801	801	1 702	(1 045)	657	579
Famigeste, SGPS, S.A.	n.d.	250	250	353	-	353	-
VISA INC - CLASS C	n.d.	7	7	208	-	208	-
BANCO MARE NOSTRUM, S.A.	n.d.	104	104	140	-	140	-
ENTIGERE	n.d.	23	23	116	-	116	-
INEGI	n.d.	10	10	50	-	50	-
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.	n.d.	15	15	39	(3)	36	-
ADRAVE	n.d.	5	5	25	-	25	-
BPN - ACE, S.A.	n.d.	-	-	2	-	2	-
Greencyber, S.A.	n.d.	68	68	162	(162)	-	-
GALILEI	n.d.	14 819	14 819	3 615	(3 615)	-	-
Investment Circle	n.d.	80	80	-	-	-	(3)
TAB BANK	n.d.	514	514	74	(74)	-	-
				26 354	(15 034)	11 320	3 614
TOTAL INSTRUMENTOS DE CAPITAL				808 572	(275 555)	533 017	5 127
Investimentos noutras empresas:							
Suprimentos concedidos							
Famigeste, SGPS, S.A.		44	44	44	-	44	-
Greencyber, S.A.		275	275	275	(275)	-	-
				319	(275)	44	-
TOTAL SUPRIMENTOS CONCEDIDOS				319	(275)	44	-
TOTAL				849 574	(308 715)	540 859	8 287

4. CERTIFICAÇÕES



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da Parups, S.A. (Sociedade), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço individual, que evidencia um total de 641.757 m.euros e capital próprio negativo de 795.327 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74.549 m.euros, nas Demonstrações individuais dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e no correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 5 (i) e (ii) abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Deloitte é o nome e Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTL), é a única das suas entidades da rede de firmas membros e respectivas entidades relacionadas a nível mundial que tem o estatuto de entidade legal separada e independente. A DTL, também referida como "Deloitte Global", não presta serviços a clientes. Para saber a posição detalhada da responsabilidade DTL e suas firmas membros consulte <http://www.deloitte.com/global>.

Tipo Sociedade por quotas e firma comercial | Capital Social: 300 000 000 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa nº4467, 300 770 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Telefone em Portugal: 210 427 500 | Telex: 3170 4370 delport

Reserva

5. Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros investimentos" inclui unidades de participação de seis fundos de investimento imobiliário, cinco dos quais geridos por uma entidade do Grupo Parparticipadas, SGPS, S.A., de um fundo de capital de risco e de dois fundos especiais de investimento fechado, cujo valor líquido contabilístico ascende a 520.836 m.euros. A este respeito importa salientar o seguinte:
- (i) À data deste Relatório, não nos foi disponibilizado o Relatório de Auditoria do fundo de capital de risco The Infrastructure and Growth Capital Fund, o qual em 31 de dezembro de 2014 apresenta um valor líquido contabilístico de 4.232 m.euros;
 - (ii) Para os cinco fundos de investimento imobiliário geridos por uma entidade do Grupo, cujo valor líquido contabilístico ascende a 503.667 m.euros, os respetivos Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 incluem um conjunto de reservas por limitação de âmbito relativas aos seguintes assuntos:
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade de adiantamentos efetuados na celebração de contratos promessa de compra e venda de imóveis realizados pelos fundos Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imomarinas) e Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imoreal), no montante total de 20.223 m.euros;
 - Impossibilidade de conclusão quanto à valorização da participação de capital que o fundo Imomarinas detém na sociedade Investimentos Dominiais Anglo-Portugueses, S.A., no montante de 22.779 m.euros, decorrente da indefinição e incertezas quanto ao futuro daquela sociedade;
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade das rendas vencidas de imóveis arrendados pelo fundo Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imonegócios) a entidades que exploram os respetivos espaços sob a marca "Holmes Place", cujo montante líquido de imparidade, em 31 de dezembro de 2014, ascende a 457 m.euros, bem como sobre o eventual impacto desta situação, atendendo à sua especificidade, nas avaliações dos respetivos imóveis, os quais em 31 de dezembro de 2014 foram valorizados em 42.287 m.euros;
 - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade dos saldos a receber relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado liquidado pelos fundos Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Real Estate), Imonegócios e Imoreal na aquisição de diversos imóveis, nos montantes de 5.984 m.euros, 5.015 m.euros e 3.477 m.euros, respetivamente;
 - Impossibilidade de conclusão quanto ao eventual impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 do fundo Imoreal, das perdas resultantes da venda no curto prazo dos imóveis registados no seu balanço, no montante de 120.153 m.euros, decorrente da sua prevista liquidação num prazo inferior a seis meses;

- Impossibilidade de conclusão quanto à continuidade das operações do fundo Real Estate e, consequentemente, quanto à liquidação dos seus passivos, nomeadamente um empréstimo no montante de 13.000 m.euros e contas a pagar à sociedade gestora do fundo, e ao impacto das eventuais perdas resultantes da venda no curto prazo do seu património imobiliário; e
 - Impossibilidade de conclusão quanto à desvalorização da participação financeira detida pelo fundo Imonegócios na sociedade Candal Parque – Sociedade Imobiliária, S.A., no montante de 20.688 m.euros, uma vez que o seu valor foi determinado tendo por base uma avaliação que não considera o valor de impostos diferidos passivos de, aproximadamente, 4.700 m.euros e pelo facto daquela sociedade ter registados imóveis para os quais existe uma elevada incerteza quanto aos pressupostos utilizados nas respetivas avaliações
- (iii) Para o fundo de investimento imobiliário Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, no qual a Sociedade detém uma participação de 9,16%, cujo valor líquido contabilístico ascende a 11.397 m.euros, o respetivo Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 inclui uma reserva por desacordo relacionada com a impossibilidade de quantificação quanto ao impacto das perdas esperadas com a venda no curto prazo dos imóveis registados no balanço do fundo, no montante de 167.223 m.euros, decorrente do facto do mesmo se encontrar em fase de liquidação.

Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2014, que resultam das limitações descritas nos parágrafos (i) e (ii) acima, nem quantificar os impactos resultantes dos assuntos descritos no parágrafo (iii) acima.

Opinião

6. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 5 (i) e (ii) acima, e exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo 5 (iii) acima, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, para os fins descritos no parágrafo 8 abaixo, a posição financeira individual da Parups, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o outro rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

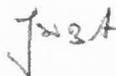
Ênfases

7. Conforme descrito na Nota 10 do Anexo, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 apresentam capital próprio negativo no montante de 795.327 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
8. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em empresas do grupo e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.
9. Conforme descrito na Nota 15 do Anexo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo da rubrica "Passivos correntes - Acionistas" diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.
10. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respetiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 2 de junho de 2014, incluiu uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 5 acima.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2014 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 31 de março de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

Exercício de 2014
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
(Contas Individuais)

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, S.A. (adiante designada por Sociedade ou PARUPS), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 24 de Setembro de 2013.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, procurou conhecer e fiscalizar os atos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para além ter efectuado as reuniões que entendeu necessárias com dirigentes intermédios, designadamente os responsáveis pelas principais Funções ligadas ao Sistema de Controlo Interno (*Compliance*, Auditoria Interna e Risco). O Conselho Fiscal teve ainda acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2014, 7 reuniões formais.

O Conselho Fiscal continua a aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da atividade, o respectivo desenvolvimento.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Bom Governo da Sociedade elaborado pelo Conselho de Administração da PARUPS.

Por força da aquisição pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 100% das ações representativas do capital social da PARUPS, a Sociedade encontra-se sujeita não só aos respectivos Estatutos e às normas legais relativas às sociedades anónimas – designadamente ao Código das Sociedades Comerciais – mas também, entre outras, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, às normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos, ao Código dos Valores Mobiliários e regulamentos da CMVM (na parte relativa às UP que detém), ao regulamento de Fundos de Capital



de Risco ao regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário e, ainda, à legislação referente ao controlo financeiro do Estado exercido pelo Tribunal de Contas.

As normas de Prevenção do Branqueamento de Capitais norteiam também a atividade da empresa.

No âmbito interno, o órgão de gestão continuou a adoptar regulamentos evidenciando preocupação com os princípios da segregação de funções e de melhor controlo interno. Note-se que, pela sua natureza, a Sociedade está também obrigada à elaboração do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que definiu os Princípios do Bom Governo, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas definidas pelo acionista para a empresa e para o Sector Empresarial do Estado.

O Conselho Fiscal avaliou ainda o Modelo de Governo em vigor na PARUPS, sendo de parecer que o mesmo assegura uma segregação das funções de administração e fiscalização adequada às atividades exercidas pela Sociedade.

O Conselho Fiscal registou o elevado grau de cumprimento dos Objectivos assumidos pela equipa de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da PARUPS, bem como das Notas e detalhes apresentados, a este propósito, pelo Conselho de Administração, no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente, no que se refere aos objetivos e respectivo grau de cumprimento das recomendações do Acionista, estrutura de capital, participações sociais e obrigações detidas, órgãos sociais, organização interna (em particular, sistema de gestão e controlo interno, medidas adoptadas na gestão do risco, regulamentos internos e externos, código de conduta), deveres de informação, aplicação de reduções remuneratórias, contratação pública e plano de redução de custos e pacote remunerativo do Conselho de Administração.

5. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, e que foram aprovados em reunião realizada em 30 de Março de 2015.

6. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, conclui que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e tendo presente o mencionado no ponto 9 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e



apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição da Sociedade naquela data.

7. O Conselho Fiscal destaca que:

A PARUPS é uma sociedade anónima constituída, em 16 de Setembro de 2010, no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), seu acionista único, tendo em vista a reprivatização daquele Banco e face à decisão de segregar um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do Banco, transferindo-o para três sociedades constituídas para esse efeito, designadas "PAR's" (PARUPS, PARVALOREM e PARPARTICIPADAS).

Neste contexto, a Sociedade adquiriu ao "Grupo BPN" um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

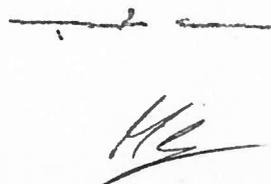
Em 2011, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de Junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012. O Estado Português assumiu, assim, diretamente, todos os direitos e obrigações desta Sociedade. Com a concretização da operação cessou a carta-conforto antes prestada pelo BPN e o(s) Conselho(s) de Administração começaram, a partir do exercício de 2011, a fazer refletir, nas demonstrações financeiras, o reconhecimento das imparidades para os citados ativos adquiridos em 2010.

A partir de 1 de agosto de 2012, com o início de funções do atual Conselho de Administração, o ano foi já marcado por profundas mudanças: adaptação ao estatuto de Entidade Pública Reclassificada e integrante do Sector Empresarial do Estado, transformações ao nível organizacional e funcional, instabilidade ao nível dos recursos humanos, alterações dos meios materiais e técnicos disponíveis e procura de soluções adaptadas à atividade de gestão dos ativos sob sua responsabilidade.

A Sociedade pretende gerir e potenciar a valorização dos ativos sob sua gestão, minimizando as perdas para o acionista num contexto de alienação, sendo o seu objecto social, em especial, a prestação de serviços de consultoria, aquisição de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão.

A PARUPS não dispõe de quadro de pessoal à exceção dos elementos que integram os órgãos sociais da empresa, sendo a sua gestão assegurada pela PARVALOREM.

Em 2014, a Sociedade continuou a procurar atuar em todo o portfólio de ativos (financeiros, imóveis, moedas, coleções de arte), tendo conseguido alienar as designadas "moedas do Euro 2004". A gestão dos imóveis passa agora pelo recurso a entidades externas (melhor habilitadas neste domínio específico), tendo-se conseguido alienar, em 2014, 30 imóveis. A maior condicionante à



gestão reside, porém, na gestão da "Imofundos SGFII, S.A.", que gere os fundos imobiliários detidos pela Parups, e que representa 95,2% dos seus ativos financeiros.

O elevado Passivo da Sociedade, quer o resultante da aquisição dos ativos originais (e subsequentes imparidades), quer o derivado da falta de capacidade da Sociedade para fazer face ao serviço da dívida, são, entre outros, problemas a merecer reequacionamento por parte da Tutela e do Conselho de Administração.

8. Em termos das contas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o Conselho Fiscal salienta os seguintes indicadores:

O Ativo Líquido ascendeu a 641.757 mEuros (representando um decréscimo de 51.975 mEuros face a 2013, ano em que a mesma rubrica atingiu 693.732 mEuros). Embora o Ativo Corrente Líquido tenha aumentado cerca de 14 MEuros, a diminuição do Ativo não Corrente Líquido (cerca de 66 MEuros) foi determinante para aquele decréscimo.

O Passivo Não Corrente totalizou 1.400.352 mEuros, tendo aumentado 20.454 mEuros face ao ano anterior. Registe-se a contratualização de mais dois empréstimos junto do Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no montante de 163.961 mEuros. Note-se que os empréstimos da DGTF têm tido como finalidade o pagamento parcial de Ativos ao BPN, a amortização do empréstimo contraído junto da CGD e a amortização parcial do empréstimo obrigacionista. Quanto ao Passivo Corrente (36.732 mEuros), não regista praticamente alteração face ao ano anterior (35.831 mEuros).

Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 795.327 mEuros, tendo-se continuado a degradar (mais 10%) face aos valores já apresentados em 2013 (721.997 mEuros, também negativos), situação a que se aplica o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2014 foi negativo em 74.549 mEuros, voltando aqui a registar-se uma evolução positiva face ao resultado negativo alcançado no ano anterior (em 2013, o resultado tinha sido 109.667 mEuros, negativos).

As Provisões e Perdas por Imparidade registam um valor líquido acumulado (370.774 mEuros) inferior ao do ano anterior. Este resultado deriva, essencialmente, das reversões de imparidades registadas na rubrica "Imparidades para Outros Investimentos" no montante de 137.255 mEuros, relativa à imparidade constituída para o investimento financeiro no Fundo BPN Diversificação, no montante de 125.538 mEuros, o qual foi liquidado no curso do exercício de 2014.

Nos Outros Custos Operacionais (138.916 mEuros) inclui-se 137.971 mEuros relativos a perdas em alienações de títulos, das quais 130.687 mEuros com o mencionado Fundo Especial de Investimento



BPN Diversificação. Note-se que o impacto líquido desta operação, nos resultados do exercício de 2014, foi negativo em 5.149 mEuros.

9. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da "Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria" emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados Individuais, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para a Reserva constante no ponto 5 e para os Ênfases apresentados nos pontos 7, 8, 9 e 10 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas do Revisor Oficial de Contas.

10. O Conselho Fiscal reitera, finalmente, a observação sobre o estado a que chegaram os capitais próprios negativos da Sociedade, pondo em causa a continuidade das operações e determinando a aplicação das normas constantes do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

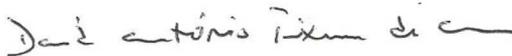
PARECER:

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

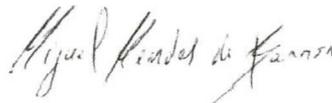
- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, tomando em devida conta o exposto nos números 9 e 10 do presente parecer;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício (transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido do Exercício, negativo, de 74.549 mEuros), que faz parte integrante do Relatório de Gestão, apresentado pelo Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, 02 de Abril de 2015

David António Teixeira de Avelar



Miguel Mendes de Barros



5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



- ✓ **Objetivos de gestão** (nos termos do art.º 38º do Dec-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Cumprimento das orientações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N.A.		
Objetivos de Gestão					
<i>Gerais</i>					
• Redução de Custos Operacionais					
FSE	X			100%	(*)
PESSOAL			X		A empresa não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.
• PMP	X			100%	
<i>Específicos</i>					
• Avaliação dos ativos	X			100%	(**)
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X		

(*) – Os esforços de renegociação de contratos de prestação de serviços e racionalização de recursos, ao nível dos edifícios, das infraestruturas tecnológicas, da gestão corrente de imóveis, da prestação de serviços de segurança, de serviços de avaliação e ainda de apólices de seguros multi-riscos dos imóveis permitiu a redução destes encargos, entre outros.

(**) – A PARUPS, S.A. procedeu à atualização das avaliações dos ativos sob sua gestão, através de empresas especializadas.

- ✓ **Gestão do Risco Financeiro** (nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF de 30 de janeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 abril, definidos para 2014, na lei n.º 83-C/2013 de 31 dezembro e instruções para elaboração dos IPG-2014)

Não Aplicável. A PARUPS, S.A. não recorre a financiamentos de Instituições Financeiras. As suas necessidades são, na componente não coberta por receitas/recebimentos próprios, asseguradas, exclusivamente, por empréstimos do seu acionista, o Estado, através da D.G.T.F.

A carteira de financiamentos em curso está intrinsecamente ligada à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelo Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro.

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (m€)	469	69.003	76.360	52.518	47.373
Taxa Média de Financiamento (%) (a)	0	5,38%	5,27%	3,59%	3,11%

(a) - taxa de juro média ponderada sobre o capital em dívida no início do ano

Passivo Remunerado (m€)	2013	2014	Var. absoluta	Var. %
Financiamentos Obtidos	1 367 584	1 374 563	6 979	0,5%
.....dos quais concedidos pela DGTF	569 247	733 209	163 962	28,8%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	-	-
Endividamento Ajustado	-	-	-	-

- ✓ **Evolução Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** (nos Termos da RCM n.º 34/2008 de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 abril e divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definidos no Dec-Lei n.º 65-A/2011)

PMP	2013	2014	Variação 2014 / 2013
Prazo (dias)	3,43	3,56	3,8%

- ✓ **Mapa da posição a 31/12/2014 dos Pagamentos em Atraso** (“Arrears”, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio)

Dívidas vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	0	0	0	0	0
Aquisições de capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

- ✓ **Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito das recomendações da acionista**

Não existem recomendações específicas do acionista.

- ✓ **Redução de Remunerações dos Órgãos Sociais e Restantes Trabalhadores**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Remunerações					
Mesa A.G. - Aplicação das Reduções Remuneratórias Vigentes em 2014	X			100%	os membros da Mesa da A.G. não são remunerados
C.A. - Aplicação das Reduções Remuneratórias Vigentes em 2014	X			100%	A empresa não tem quadro de pessoal.
Fiscalização. - Aplicação das Reduções Remuneratórias Vigentes em 2014	X			100%	As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
SROC/Auditor Externo. - - Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013	X			100%	A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

✓ **Artigo 32.º do Estatuto de Gestor Público republicado pelo Dec-Lei 8/2012 de 18 janeiro**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Conselho de Administração	X			A deliberação Social Unânime por Escrito do acionista sobre o pacote remunerativo do C.A., que entrou em vigor a partir de 1/AGO/12, cumpre todos os requisitos estabelecidos no EGP. Em 23 julho 2014 a Assembleia Geral aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade

✓ **Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Contratação Pública			N. A.	O regime de contratação pública não é aplicável à PARUPS, S.A.

✓ **Atos e Contratos Celebrados com Valor Superior a 5M€ (nos termos do art.º 47 da lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC)**

Contratos	Valor (€)	Tribunal de Contas – visto prévio
Empréstimo DGTF	68.900.000	-
Empréstimo DGTF	95.061.068	-
Aumento de Capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Imomarinas”	8.000.000	Proc. 1856/2014

✓ **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) (nos termos da Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro)**

Não Aplicável

✓ **Parque de Veículos do Estado (nos termos da Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro)**

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º total (31Dez14)			Justificação
	2014	2013	Variação	
Veículos utilizados	0	0	0	Não há veículos no património da sociedade. Todo o parque automóvel é gerido pela PARVALOREM, S.A.

✓ **Plano de Redução de Custos** (nos termos do Ofício - Circular DGTF n.º 7036 de 21 de novembro de 2013 – instruções sobre elaboração dos IPG para 2014)

PRC	2012 Exec.	2013 Exec.	2014 Exec.	Variação 2014/2013	
				Absoluta	%
EBITDA					
(1) CMVMC (m€)	1 522	2 180	19 410	17 230	790%
(2) FSE (m€)	-	-	-	-	-
Deslocações/Estadas	-	-	-	-	-
Ajudas de Custo	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-
(3) Gastos com o Pessoal (m€)	69	140	134	-6	-4%
(3.1) dos quais indemnizações	-	-	-	-	-
(4) Total de Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)	1 591	2 320	19 544	17 224	742,41%
(5) Volume de negócios (m€)	1 517	1 767	18 693	16 926	958%
Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	1,05	1,31	1,05	-0,27	-20,37%
Número RH	-	-	-	-	-
N.º Efetivos	-	-	-	-	-
N.º Cargos de Direção	-	-	-	-	-
N.º Efetivos / Cargos Direção	-	-	-	-	-
Viaturas					
N.º viaturas	-	-	-	-	-
Gastos com viaturas	-	-	-	-	-

A PARUPS, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os anos 2012 e 2014.

A PARUPS, S.A. não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.

Nota (1) - de referir que o Volume de Negócios, não integra, por questões de ordem contabilística, o encaixe financeiro que resultou da atividade da empresa na alienação de ativos financeiros em 2014 no valor de 51,7M€, contra 21.6 M€ em 2013 e 6,9M€ em 2012. Não podendo considerar estes valores como volume de negócios, dever-se-á, no entanto, considerar o seu valor para o cálculo deste rácio uma vez que constitui uma parte da principal atividade da empresa – recuperação através da venda de ativos financeiros e traduz o grande esforço desenvolvido pela empresa

✓ **Redução do n.º de Efetivos e de Cargos Dirigentes** (nos termos do Ofício - Circular DGTF n.º 7036 de 21 de novembro de 2013 – instruções sobre elaboração dos IPG para 2014)

Quadro de Pessoal	2012	2013	2014
N.º de Órgãos Sociais (<i>Cons.Fiscal, Ass.Geral e Cons. Adm</i>)	7	9	9
Gastos totais com Pessoal (€)	69.017	139.661	134.444
Gastos com Órgãos Sociais	69.017	139.661	134.444
Rescisões / Indemnizações (€)	0	0	0

A PARUPS, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os anos 2012 a 2014. Em 2012 os montantes apresentados no quadro correspondem às remunerações do Conselho Fiscal, de janeiro a dezembro e de membros do Conselho de Administração, referente aos meses de agosto a dezembro.

- ✓ **Princípio da Unidade Tesouraria do Estado** (nos termos do Artigo n.º 124 – Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado			N. A.		(*)

(*) Foi autorizada a exceção do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria concedida à PARUPS, S.A. através do Despacho n.º 2581/14 da SET de 19 de dezembro de 2014 – Secretaria de Estado do Tesouro. Nova solicitação anual efetuada no dia 14 de janeiro de 2015.

- ✓ **Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Não foram dirigidas à empresa quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas durante o ano de 2014.

✓ Informação divulgada a 31 de dezembro de 2014 no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / N. A.	Data Atualização	
Estatutos	S	25/11/2014	Versão de 2010 publicada a 29/05/2013
Caracterização da Empresa	S	04/2013	inscrição da Missão da Empresa
Função de tutela e acionista	S	04/2013	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
Identificação dos Órgãos Sociais	S	04/2013 e 08/2014	Atualização dos dados da MAG
Estatuto Remuneratório Fixado	S	04/2013	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	04/2013 e 08/2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	04/2013	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	02/2015	
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S	03/2013	
Informação Financeira histórica e atual	S	01 e 04/2015	
Princípios de Bom Governo:			
Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios:	S		
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	08/08/2014	
Código de Ética	S		

Na presente data a informação está divulgada no “site” institucional da PARUPS, S.A. e na aplicação (*SIRIEF*) que alimenta o “site” do SEE.

O Relatório e Contas de 2014, contendo toda a informação, será igualmente disponibilizado no site do SEE, estando já em implementação o cumprimento das obrigações de divulgação da informação de forma direta na plataforma SIRIEF para 2015.

Apêndice 1

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções Remunerató rias ⁽³⁾	Bruta Após Reduções
2012-2014	Presidente	JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO	-			
2012-2014	Secretária	CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE	-			

Legenda: (1) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 agosto 2013 - os membros não serão remunerados;

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc ⁽¹⁾	Data
2012-2014	Presidente	MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	DUE	31-07-2012
2012-2014	Vogal	BERNARDO XAVIER ALABAÇA	DUE	31-07-2012

(1) - Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação ⁽¹⁾	Identificar Entidade	Pagadora
	(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal)	(identif/n.a.)	(O/D)	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	S	C	4 578,20	1 831,28	n.a.	D
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	S	C	-	-	n.a.	
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	S	C	-	-	n.a.	
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	S	C	915,64	-	n.a.	

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público; OPRLO - opção pela remuneração do lugar de origem; O/D - Origem/Destino

(1) - integra um valor máximo de combustível e portagens, afeto às viaturas de serviço, de 1/4 do valor de abono mensal para despesas de representação

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e os Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno Henriques na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores *	Bruta após Reduções
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	89 091,78	-	-3 845,64	-6 332,56	-	78 913,58
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	12 727,40	-	-549,36	-904,66	-	11 273,38

* Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição (*)		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	Identificar	valor			Identificar	valor
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	Seg. Social	18 741,98	-	-	Seg.Resp.Civil OA	1 000,00
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	Seg. Social	2 677,44	-	-	Seg.Resp.Civil OA	1 000,00

(*) Os Órgãos Sociais não recebem subsídio de refeição

Nome	Acumulação de Funções - valores anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)	Bruta (€)	Redução (Lei OE) (€)	Bruta após Reduções (€)
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	DGTF	Subdiretor-Geral	Público	-	-	47.613,62
	Sagestamo	Vogal Não Executivo	Público	-	-	11.386,52
	Parpública	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Público	-	-	462,00
	Estradas de Portugal	Vogal do Conselho Fiscal	Público	-	-	14.444,03

No caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-

Nota: Os Gastos com Comunicações Móveis são suportados pela Parvalorem, S.A.

Encargos com Viaturas									
Nome	Viatura atribuída	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de referência da Viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valorda Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	N	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	N	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	N	-	-	-	-	-	-	-

(1) Aquisição; ALD ; Leasing ou outra

Nota: Os Encargos com Viaturas são suportados pela Parvalorem, S.A.

Nome	Plafond Mensal definido para Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

Nota: Os Gastos anuais associados a Viaturas são suportados pela Parvalorem, S.A.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com Viagens (Σ) (€)
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		
				Identificar	valor (€)	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

Nota: Os Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço são suportados pela Parvalorem, S.A.

FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório Fixado (Mensal) (€)
			Doc. (1)	Data	
2013 - 2015	Presidente	MARIA ROSA TOBIAS SÁ	AG / D	24/09/2013	500,00
2013 - 2015	Vogal	DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	AG / D	24/09/2013	350,00
2013 - 2015	Vogal	MIGUEL MENDES DE BARROS	AG / D	24/09/2013	350,00

Legenda: (1) - indicar Resolução AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Bruta após Reduções
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	7 000,00	-520,00	6 480,00
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	4 900,00	-268,47	4 631,53
MIGUEL MENDES DE BARROS	4 900,00	-268,47	4 631,53

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		Remuneração (€) a)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma (1)	Data	Límite Fixado	Contratada	
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	1210	AG / D	24/09/2013	38 000,00	38 000,00	2
2013 - 2015	Revisor Suplente	Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro	572	AG / D	24/09/2013			

Nota: deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) - indicar Resolução AG/DUE/Despacho (D)

a) A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho nº 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

Nome	Remuneração Anual (€) a)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	38 000,00	n.a.	n.a.
Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro	-	n.a.	n.a.

a) A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho nº 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

Auditor Externo

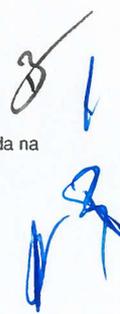
Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA	43	231	-	-	-	-	-

A auditoria é feita no âmbito da revisão oficial de contas pela DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA, n.º 231 da CMVM, pelo que o seu custo está incluído na Prestação de Serviços do ROC.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quant. Identific.	Justificação / referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / planos de Atividades e Orçamento					
· Redução de Custos Operacionais FSE	X			100%	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· Redução de Custos Operacionais Pessoal	X			100%	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· Acompanhamento das Participadas	X			100%	
· Avaliação dos ativos	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do PMP a Fornecedores	X			3,8%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			0	
Recomendações do Acionista na Última Aprovação de Contas			X		
Remunerações:					
Não Atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013	X			100%	
Órgãos Sociais – redução remuneratória vigentes em 2014	X			100%	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Auditor Externo- redução remuneratória nos termos art.º 73º da Lei 83-C/2013			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Restantes trabalhadores – redução remuneratória vigente em 2014	X			100%	
Restantes Trabalhadores – proibição de valorização da remuneração nos termos do art.º 39º da lei 83-C/2013	X			100%	Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Art.º 32º do EGP					
· Utilização de cartões de Crédito			X		
· Reembolso de Despesas de Representação Pessoal			X		
Contratação Pública					
· Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas	X				Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Auditorias do tribunal de Contas					
· Recomendação			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Parque Automóvel			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· N.º de Viaturas			X		
· Gastos com Viaturas			X		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 61º da Lei 83-C/2013)			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Redução de Trabalhadores (art.º 60º da Lei 83-C/2013)					
· N.º de Trabalhadores			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
· N.º de Cargos Dirigentes			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 123º da Lei 83-C/2013)			X		Justif. no ponto 5- "Cumpr.Orient.Legais

6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA



Anexo A – Declaração de Independência Presidente C.A.

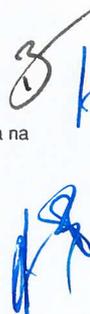
(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de março de 2015



Presidente do Conselho de Administração



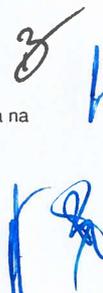
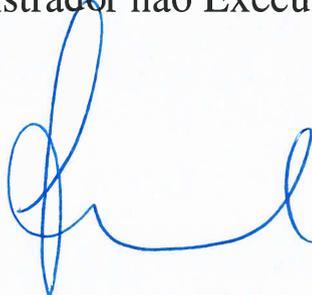
Anexo A – Declaração de Independência - Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de março de 2015

Administrador não Executivo

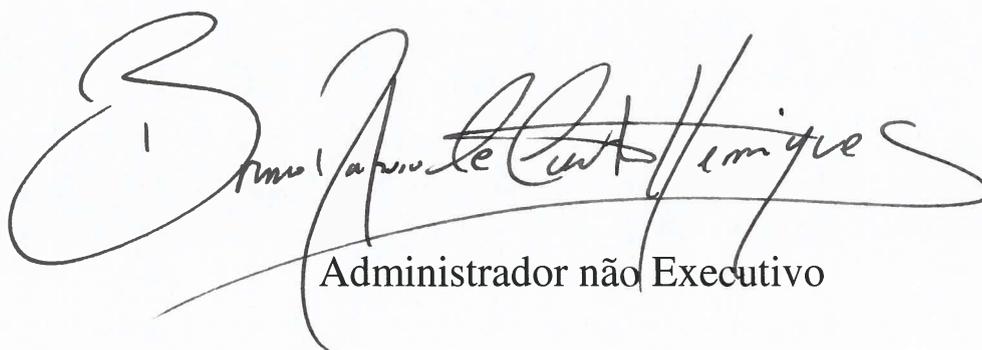


Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de março de 2015



Administrador não Executivo



Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BERNARDO XAVIER ALABAÇA declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 30 de março de 2015



Administrador não Executivo